

*Celso Furtado, Milton Santos, Maria da Conceição Távares,
Tânia Barcelar de Araújo, Emir Sader, Teóthônio dos Santos,
Sérgio Mendonça, Gaudêncio Frigotto*

Organização:
*César Benjamin e
Luiz Antonio Elias*

BRASIL: CRISE E DESTINO
entrevistas com pensadores contemporâneos

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

Copyright © 2000, by Editora Expressão Popular

Projeto gráfico, Capa e diagramação

ZAP Design

Foto da Capa

Hundertwasser, 1966

Impressão e acabamento

Cromosete

ISBN 85-87394-17-7

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2000

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Bernardo da Veiga, 14

CEP 01252-020 - São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3105.5087

e-mail: editorapopular@uol.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO	
<i>César Benjamin</i>	5
ESTÃO LIQUIDANDO A SOBERANIA NACIONAL	
<i>Celso Furtado</i>	13
A GRANDE CRISE JÁ SE INSTALOU	
<i>Milton Santos</i>	21
QUEREMOS SER UMA NAÇÃO DEMOCRÁTICA E MULTIRRACIAL	
<i>Maria da Conceição Tavares</i>	35
O ELOGIO DA DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
<i>Tânia Bacelar de Araújo</i>	53
SERÁ PRECISO REFUNDAR O BRASIL	
<i>Emir Sader</i>	77
A ALTERNATIVA SOCIALISTA RESSURGIRÁ	
<i>Teothônio dos Santos</i>	89
A POLÍTICA ECONÔMICA IGNORA O DESEMPREGO	
<i>Sérgio Mendonça</i>	103
A DÉCADA PERDIDA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
<i>Gaudêncio Frigotto</i>	117

INTRODUÇÃO

César Benjamin

É alto o preço intelectual da hegemonia. Uma escola de pensamento só consolida essa posição quando se torna capaz de produzir “evidências”, cuja função primeira é a de fazer com que as questões da sociedade e da natureza deixem de demandar um esforço de pensamento. Mas, em um mundo complexo, em sociedades grandes, hierarquizadas e opacas, baseadas em enorme divisão social do trabalho, não há mistificação maior do que oferecer um pensamento que se apresenta como evidência e, como tal, quer unanimidade em torno de si.

Essa operação ideológica, a que temos sido submetidos nos últimos anos, não é inocente. Quando tem êxito, cria o ambiente cultural propício à passividade, na medida em que produz um grande silêncio sobre normas, valores, fins e opções. As decisões parecem obedecer a critérios técnicos que se dizem rigorosos, embora definidos à revelia das necessidades humanas. Negar que existam escolhas, a serem legitimadas no debate, é a forma totalitária de legitimar as próprias escolhas.

O principal papel do intelectual é o de desconstruir evidências (pelo desvelamento dos mecanismos ideológicos que a produzem), implodir a unanimidade (pela exposição das fissuras existentes em construções que se pretendem sólidas) e apelar à mudança (que, no fundo, é apelar ao exercício da liberdade humana). Nada disso é fácil.

Numa época em que o fatalismo deixou de ser sinal de ignorância e ganhou ares de grande erudição, restam poucos intelectuais entre nós. Alguns deles – dos melhores – estão reunidos aqui para falar de realidade brasileira. Não precisam de apresentação, e suas falas são suficientemente claras, de modo a tampouco necessitar de resumos. Entrevistá-los foi um privilégio que tive, junto com Luiz Antônio Elias, para uma publicação mensal do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, a quem agradecemos pela liberação dos textos.

* * *

Cada entrevista contém aqueles três ingredientes a que me referi acima. Parece-me que a melhor forma de enfatizá-los é realizar nesta introdução um exercício próprio, voltado para questionar certos fundamentos *lógicos* do pensamento dominante e expor seu caráter, antes de tudo, *ideológico*. Não se trata aqui, portanto, de ressaltar as conseqüências sociais do neoliberalismo, a esta altura evidentes, nem de apresentar números e percentagens, já bem conhecidos, mas de analisar a consistência desse pensamento exatamente ali onde ele pretende ser mais forte: no discurso econômico. Será ele tão rigoroso quanto se diz? Consegue resistir a uma interpelação menos complacente? Eu duvido.

Como os místicos orientais, os economistas também repetem alguns mantras: mercado livre, globalização, moder-

nidade, abertura, competitividade internacional... Já conhecemos de cor o que pensam: é preciso dar mais força ao mercado, de modo a erradicar a ineficiência acumulada na economia brasileira, resultante de décadas de desenvolvimento induzido pelo Estado, e assim por diante. É tudo simples e claro. Parece invulnerável. Mas é ridiculamente frágil.

Esse discurso logo desaba quando observamos a primeira relação de causalidade que estabelece, entre a ineficiência da economia brasileira e as medidas necessárias para erradicá-la. Vejamos por quê. Manejando câmbio, tarifas e outros elementos de política econômica, o Estado desenvolvimentista (1930-1980) interveio sistematicamente na estrutura de preços relativos da economia brasileira, com diferentes ênfases, mas sempre de modo a favorecer a continuidade do processo de industrialização. Obteve considerável êxito em sua empreitada. Agora, em suposta busca de eficiência, a política econômica também lança mão dos velhos instrumentos, porém na direção oposta. Em curtíssimo período, valorizou exorbitantemente o câmbio, alterou os fundamentos da política comercial externa, jogou os juros na lua e breçou o crescimento, implantando uma combinação com notórios efeitos desindustrializantes. É fácil ver qual o efeito básico da nova política e condição de sua eficácia: ao modificar de alto a baixo a antiga estrutura de preços relativos, barateando o que era caro e encarecendo o que era barato, ela modificou completamente o horizonte de mercado em que as empresas operam. No novo contexto, tornam-se equivocadas as decisões de investimento tomadas no período anterior, que eram coerentes com outra sinalização de preços. Como aquelas decisões, tomadas antes, estão materializadas na base produtiva instalada hoje, esta se torna, de fato, ineficiente.

Poucos se dão conta dessa circularidade perversa: ao tornar disfuncional a matriz produtiva já constituída, a política econômica dos anos 90 conseguiu dar foros de verdade à acusação de ineficiência que ela mesma usou, na origem, para legitimar-se. A profecia realizou a si mesma. Criaram-se dificuldades novas e crescentes que não têm relação com as deficiências de que o sistema produtivo fosse realmente portador. Esta característica é compartilhada pela experiência brasileira e as demais de mesmo tipo, todas realizadas com patrocínio explícito de instituições internacionais em que é clara a hegemonia dos países mais ricos. O que nos permite afirmar: um dos componentes centrais do projeto em curso, aqui e em outras partes do mundo, é *tornar ineficientes* economias retardatárias que tenham realizado, com algum êxito, um esforço industrializador.

* * *

Essa circularidade do pensamento dominante é acompanhada pela reiteração de algumas proposições que ganharam foros de verdade absoluta sem que tenham sido minimamente demonstradas. A primeira é o estabelecimento de uma correlação automática – e inconsistente – entre as idéias de progresso técnico e internacionalização dos fatores de produção. O progresso técnico pode atuar em direções opostas e, em muitos casos, fortalecer a *regionalização* dos fatores. Exemplos não faltam aqui mesmo, alguns recentes. Basta ter olhos e ver: apesar de suas imensas reservas de minério de ferro, durante muito tempo o Brasil parecia condenado a não desenvolver uma siderurgia moderna, por falta de bom carvão, mas técnicas novas (que permitiram a utilização de gases combustíveis em substituição ao coque e aperfeiçoaram a eletro-

siderurgia) possibilitaram a construção de uma siderurgia nacional integrada, revertendo a tendência anterior à internacionalização; também na exploração do petróleo, como se sabe, o avanço da técnica induziu a uma regionalização crescente da produção brasileira, com a operação de campos submarinos antes inacessíveis. O mesmo ocorreu na agricultura: o avanço técnico possibilitou a produção interna de espécies vegetais antes inadaptadas ao nosso ambiente.

A segunda proposição nunca provada, mas afirmada com igual ligeireza, é a correlação entre aumento da competição internacional e destruição de empresas e setores arcaicos, com sobrevivência dos modernos. Também aqui a vida não imita a teoria vulgar. O impacto dessa competição se distribui de maneira muito desigual no sistema econômico. As empresas estrangeiras comercialmente mais agressivas atuam nos setores modernos, nos quais, via de regra, também se concentra o potencial exportador dos países mais ricos. Assim, as empresas brasileiras que atuam nesses setores tendem a ficar mais expostas e sucumbem com maior rapidez que empresas menos produtivas, porém protegidas por barreiras setoriais, regionais, culturais, de escala ou outras. Na abertura dos anos 90, falências e desnacionalizações atingiram pesadamente os setores modernos da economia brasileira, mas não afetaram o cartel do cimento ou a produção de rapaduras. A correlação entre “abertura” e “modernização” não é, portanto, automática. Na realidade, pode-se estabelecer uma inesperada correlação inversa entre elas.

A ênfase na competitividade internacional, aliás, é filha de outro pressuposto implícito – e também não demonstrado – do pensamento neoliberal, pois só quem acredita que vive em um mundo essencialmente cooperativo (e, por isso, aberto) aceita a competitividade como idéia articuladora de toda

a sua política econômica. Quem, ao contrário, percebe que as relações internacionais têm sido marcadas pela competição não precisa tratar a competitividade como fetiche, pois adota políticas ativas para preservar seu sistema produtivo, induzindo-o à modernização no contexto de estratégias mais elaboradas, que não se submetem aos sinais de curto prazo emitidos pelo mercado. Basta ver como agem os países que têm maior peso no mundo.

* * *

No imaginário neoliberal, o mercado é o espaço de interação de incontáveis agentes, sem que nenhum deles possa, sozinho ou em grupo, controlar os processos de troca a ponto de impor os seus próprios fins aos demais. Ao governo, nessa visão, cabe agir apenas para preservar certas condições macroeconômicas que permitam o mercado operar. Fora do âmbito da empresa individual, essa escola de pensamento é hostil a qualquer idéia de metas, pois a busca de metas socialmente definidas pede uma intervenção consciente nos processos econômicos e sociais, em nome de um futuro desejado, imaginado, e não produzido por aquela cega interação mercantil.

Portanto, quando se apresentam como representantes do futuro, os neoliberais nos vendem uma mercadoria que não podem entregar, pois eles mesmos não têm meios de saber a qual futuro se referem. A alocação dos recursos será ótima – eles dizem – se for produzida pelo livre mercado, simplesmente porque o livre mercado produz uma alocação qualquer, desconhecida, considerada ótima por critérios internos à própria teoria que o glorifica. Ora, se permanece indefinida a imagem do futuro que se deseja atingir, inexistem pontos

de referência que permitam uma avaliação rigorosa do processo em curso.

Por isso, diante de qualquer dificuldade, o pensamento neoliberal consegue acionar uma espécie de “saída de emergência”, através da incessante repetição de que é preciso esperar mais e insistir mais, dobrando a aposta quando necessário, pois – eis aí o verdadeiro problema – “o modelo ainda não foi completamente implantado”. Há anos ouvimos isso, aqui e alhures, e não sem razões. Pois, sendo o livre mercado apenas um tipo ideal, incapaz de organizar efetivamente o conjunto da vida social, então, por definição, a implantação do modelo neoliberal está sempre incompleta. Cria-se um discurso que, como os demais discursos ideológicos (pois é disso que se trata: um discurso ideológico!), externaliza suas dificuldades. Ele contém dentro de si o secreto motor de sua própria reciclagem. Não depende do confronto com uma realidade que lhe seja exterior, pois abriga em si condições suficientes para sua legitimação. É certo que os êxitos, quando existem, o fortalecem. Mas, paradoxalmente, os fracassos também, pois nesses casos ele aciona uma fuga para a frente: “Isso e aquilo estão atrapalhando o mercado.” Este argumento pode ser repetido *ad infinitum*, pois sempre haverá instituições e práticas, formais ou informais, que “atrapalham” o mercado (felizmente, a vida não pode ser reduzida a operações de compra e venda). A obra-prima do insuspeito Karl Polanyi foi escrita justamente para enfatizar que as sociedades organizadas, para sobreviver, precisam se defender do mercado, mesmo quando o adotam.

* * *

As deficiências do projeto neoliberal conduzem seus defensores à inevitável conclusão de que é preciso aprofundar

esse mesmo projeto. A incapacidade de realizar-se é, simultaneamente, uma fraqueza do modelo, no plano da realidade, e uma fonte de seu vigor, no plano de ideologia. Mantém-se em ação um moto-perpétuo típico dos pensamentos dogmáticos que não reconhecem nenhuma autoridade fora de si.

Um pensamento assim, que não resiste a nenhum exame sério, uma óbvia ideologia de classe, foi alçado à condição de “ciência”, com a cumplicidade da maior parte da nossa intelectualidade. Em grande número, professores, artistas e jornalistas, que outrora desempenharam papel de vanguarda, desistiram de seu ofício – pensar, criar, propor, inovar – e tratam hoje de procurar espaços no sistema que aí está. Subintelectuais, deixaram-se capturar pelo ambiente cultural marcado pela evidência, a unanimidade e a passividade, a que nos referimos no início.

Essa triste constatação engrandece os nossos entrevistados, intelectuais verdadeiros, que insistem em permanecer como exceção. É mais um motivo para escutá-los.

ESTÃO LIQUIDANDO A SOBERANIA NACIONAL

Celso Furtado

Aos oitenta anos de idade, Celso Furtado mantém intacta sua capacidade de analisar agudamente os acontecimentos do Brasil e do mundo e – mais importante – de indignar-se. Nesta entrevista, aponta a aproximação de uma crise e critica duramente a ausência de um projeto nacional brasileiro, o que poderá, no futuro, ameaçar até mesmo nossa unidade nacional. É hora de ouvi-lo.

A SOBREVALORIZAÇÃO DAS AÇÕES NA BOLSA DE NOVA YORK É A PONTA DE UM ICEBERG? PODE ESTOURAR UMA CRISE GLOBAL?

Celso: Há uma corrente de analistas americanos que pensa que a economia mundial está sofrendo uma transformação qualitativa, na direção da chamada virtualidade, com a formação de uma economia nova, que tenderia a continuar crescendo sem precisar se materializar. Essa idéia não resiste a uma crítica séria. Seria necessário que se mantivessem inalteráveis as relações atuais, com o dólar cumprindo o papel de moeda mundial, pois forte crescimento da Bolsa não tem nada a ver com o desempenho real da economia americana. Estão

criadas as condições para um estouro da bolha, mas os americanos imaginam que ninguém tem interesse em estourá-la. Resta saber até que ponto isso é verdade. Estamos em um período de grande imprevisibilidade.

QUAL A POSIÇÃO DA AMÉRICA LATINA?

Celso: Nosso continente está agarrado ao dólar, depende dele, e há uma tendência quase inexorável de que isso se aprofunde. O México está crescentemente absorvido pela economia americana; a Argentina, na prática, dolarizou sua economia; o Equador formalizou essa opção; o Chile está meio dolarizado... Isso significa subordinar completamente o sistema de decisões econômicas aos americanos.

QUAL A POSIÇÃO DO BRASIL?

Celso: As condições para dolarizar o Brasil não estão dadas. Estamos em uma transição.

É UM DESTINO?

Celso: Os europeus escaparam disso criando o euro, mas eles têm uma economia continental enorme e um comércio externo muito maior que o dos Estados Unidos. Por outro lado, se eles conseguirem manter a estabilidade de preços, crescerão. Sob esse ponto de vista, é uma situação inversa à nossa. Nós só conseguimos crescer às custas de certa instabilidade de preços.

O Brasil está imobilizado. Neste momento, não tem margem de manobra. Não se pode governar um país que tem déficit enorme e crescente na conta-corrente do balanço de pagamentos e depende estritamente de financiamento externo. Todo o esforço do nosso governo é para convencer os credores de que esse processo pode prosseguir. Mas, se con-

tinuarmos no caminho atual, chegaremos ao fim desta década tendo alienado quase completamente o patrimônio brasileiro.

ATÉ QUANDO OS CREDORES ACEITARÃO NOS REFINANCIAR?

Celso: Os credores estão manobrando, dando financiamento ao Brasil no curto prazo. Creio que há um acordo entre o FMI e o governo dos Estados Unidos para permitir que o Brasil avance mais nesse caminho, cobrando de nós – em troca do endividamento crescente – uma obediência total, pois o endividamento limita nossa capacidade de autogoverno. Estamos em uma fase de liquidação da soberania nacional. Chega a ser constrangedor. Este país, com suas enormes potencialidades, à deriva. Nossa taxa própria de poupança é inferior à que tínhamos quando a economia era menos da metade da que é hoje. Estamos seguindo sistematicamente uma política de criação de desemprego, com uma política deflacionária suicida. A primeira prioridade, num país deprimido como o nosso, é o emprego. Pondo o país para andar, entra um ar novo e você ganha graus de liberdade para ir resolvendo as questões. Uma economia em recessão ou em baixo crescimento durante vários anos acumula um enorme passivo social.

QUAL O PRINCIPAL DESAFIO MACROECONÔMICO A ENFRENTAR?

Celso: Durante o governo de Fernando Henrique, os compromissos externos do Brasil (dívida externa mais dívida interna dolarizada) crescem de forma considerável, enquanto a economia não cresce e o patrimônio é alienado. Ao não crescer, reduzimos nossa capacidade de obter divisas; ao alienar o

patrimônio, aumentamos a remessa de divisas para o exterior. Um governo que quisesse pôr fim a essa situação teria que criar rapidamente um saldo positivo no balanço de pagamentos.

A política atual é suicida. Parece que ela foi planejada para mostrar a todos, mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província de um império maior. Enquanto isso acontece, nossos políticos estão distraídos, pensando em outras coisas. É incrível. Passei cinquenta anos lutando pela independência e o desenvolvimento do Brasil. Cheguei aos oitenta anos de idade para ver isso. Estamos sendo governados por uma espécie de “partido” dos que não acreditam no futuro do Brasil. Acham que nosso destino é ser província de um império.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DISSO, A LONGO PRAZO?

Celso: Se o Brasil de fato se “provincianiza”, se aprofunda sua dependência, até mesmo sua unidade poderá ser ameaçada no futuro. Quem vai regular as transferências de recursos internos? A unidade nacional deste grande país depende crucialmente de um sistema de distribuição de recursos, que o governo federal sempre regulou, mantendo algum tipo de equilíbrio. Essa capacidade de realocar recursos desaparecerá. Nesse novo contexto, por que as regiões mais ricas vão financiar as demais? Logo aparecerá alguém para perguntar por que devemos nos manter unidos.

COM O POTENCIAL DE CRESCIMENTO QUE TEM E COM UM COMÉRCIO EXTERNO EM SITUAÇÃO DE NORMALIDADE, POR QUE O BRASIL NÃO VEM CONSEGUINDO CRESCER?

Celso: O que aconteceu no ano passado – crescimento praticamente zero – é um insulto ao país. Temos terra, rique-

zas naturais, mão-de-obra barata... Somos um país que cresce naturalmente, espontaneamente, com bons governos e com maus governos. Numa situação de normalidade, uma taxa de crescimento de 3% ou de 4% deveria ser alcançada quase automaticamente. A experiência histórica mostra isso. É uma aberração que nosso crescimento *per capita* nos cinco últimos anos tenha sido igual a zero. Por que isso aconteceu? Porque pagamos juros muito altos. Por que pagamos esses juros? Porque nos endividamos demais. E qual é a política atual? Nos endividar ainda mais, para tentar sair da crise de endividamento.

PODERÍAMOS TER UMA MARGEM DE MANOBRA MAIOR?

Celso: Claro que sim. Aqui dentro e no mundo, muita gente tem interesse no crescimento do Brasil. Estive na França recentemente. Grandes empresas francesas estão investindo aqui, pois enxergam que este país está vocacionado para o crescimento. Mas, para que isso ocorra, precisamos em primeiro lugar nos libertar das atuais taxas de juros. O próprio governo reconhece que elas estão mais altas que as taxas de equilíbrio. Não consigo explicar por que não baixam. A Argentina, que está em situação mais precária que a nossa, mantém juros mais baixos. Há alguma coisa estranha nisso. O governo brasileiro se deixou domesticar e serve a outros interesses, que não são os do Brasil. O pessoal que manda hoje em nossa economia – no ministério, no Banco Central, no BNDES – veio diretamente dos Estados Unidos para cá e parece ter maior solidariedade com eles do que conosco. Estamos em um círculo vicioso: para conservar a política atual, o governo faz cada vez mais concessões em matéria de soberania; quanto mais concessões são feitas, mais a política atual precisa ser mantida.

HÁ SINAIS DE QUE ESSA SITUAÇÃO ESTÁ PROVOCANDO UMA CRISE SOCIAL MUITO GRAVE. COMO SE PODERIA REVERTER ISSO?

Celso: A história passa por momentos de grande tensão e outros de alívio, de maiores possibilidades de entendimento. Nos meus oitenta anos, vi tudo isso. Vi a fase de ascensão do nazismo e do stalinismo na Europa, do capitalismo selvagem, da preparação e deflagração de guerras, com destruição em grande escala e milhões de vítimas. Naquele momento, parecia não haver possibilidade de entendimento da humanidade. Depois, vi o keynesianismo, um capitalismo mais civilizado, a predominância da idéia de que as economias tinham que gerar emprego para todos, os Estados tinham que fazer políticas sociais em grande escala, e assim por diante. Depois da Segunda Guerra Mundial, a elevação dos salários e os investimentos sociais passaram a ser considerados essenciais. O capitalismo desenvolvido conseguiu um equilíbrio baseado numa combinação de políticas tecnológicas e de acumulação, de um lado, e políticas de bem-estar, de outro. Havia aumento de produtividade e aumento de bem-estar. Isso acabou. Hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento da produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas. Não se pode visualizar onde isso vai levar, mas é certo que há uma tensão social crescente em todo o mundo, inclusive na Europa.

QUAL A ESPECIFICIDADE DO BRASIL?

Celso: Aqui, tudo se torna mais dramático. O capitalismo

subdesenvolvido não é um capitalismo menos desenvolvido que o dos países ricos. É um sistema de outro tipo, que não conduz ao bem-estar social, mas à concentração da renda. Precisamos compreender melhor a natureza do nosso capitalismo. No passado, a concentração de renda se fez em benefício de uma acumulação interna, que de alguma forma modernizou o país; agora, ela se faz em benefício da acumulação externa. O capitalismo brasileiro, simultaneamente, concentra renda e se internacionaliza, inserido no processo de construção de uma estrutura mundial de poder. As empresas multinacionais não necessitam mais de um mercado interno em expansão. Isso, mais cedo ou mais tarde, levará a uma crise social de grandes proporções.

ESSE DESTINO ERA INEVITÁVEL?

Celso: Basta olhar para o mundo para ver que não. Das três economias grandes do Terceiro Mundo, a China é a que cresce mais e há mais tempo. Em segundo lugar vem a Índia, que tem mantido também uma taxa de crescimento excepcional. Ambos os países absorvem enormemente tecnologia moderna, de modo que estão se preparando para o futuro. A terceira grande economia do Terceiro Mundo é a do Brasil, que experimenta uma situação inversa. Se endivida permanentemente e não cresce. É difícil de entender isso. Até hoje, a justificação do endividamento externo era o crescimento...

QUAL A PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE AS POSTURAS DA CHINA E DA ÍNDIA, EM RELAÇÃO À DO BRASIL?

Celso: China e Índia não fizeram nenhuma concessão em termos de quem coordena e fixa suas respectivas políticas internas. Sabem o peso que têm, inclusive demográfico. São imensas massas humanas, e qualquer coisa que elas façam re-

percuta no mundo inteiro. Adotaram uma hábil estratégia, de fomentar um rápido desenvolvimento tecnológico e políticas maciças de formação de pessoal.

A principal diferença, em relação ao Brasil, é que eles colocaram em primeiríssimo plano a necessidade de preservar sua autonomia de decisão, de modo a que seus interesses nacionais não fossem abandonados. Estão construindo projetos próprios. Em certo momento, o Brasil tentou isso, mas depois abandonou e se sujeitou a esse tipo de integração que aí está. Nosso governo passa a impressão de que não tem nenhum projeto para o Brasil. Agora, deu para acusar o MST de fazer subversão da ordem. É uma bobagem. Quem quer subverter a ordem entra nos quartéis, não nas sedes do Incra.

Entrevista concedida ao Conselho Federal de Economia.

A GRANDE CRISE JÁ SE INSTALOU

Milton Santos

Professor emérito de geografia humana na Universidade de São Paulo, Milton Santos é um dos intelectuais brasileiros mais respeitados em todo o mundo. Publicou dezenas de livros, ensinou na Europa, na África e nas Américas, foi agraciado com o título de doutor honoris causa em dez universidades do Brasil e do exterior. Em 1994, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud. Nesta entrevista, critica a forma como os economistas vêem a sociedade, pede um pensamento mais radical e fala de suas esperanças na construção do futuro a partir dos excluídos pela ordem atual.

O QUE UM GEÓGRAFO GOSTARIA DE DIZER EM PRIMEIRO LUGAR A UM PÚBLICO DE ECONOMISTAS?

Milton: Eu gostaria de começar falando do meu desconforto com a forma como os economistas têm trabalhado. A economia logrou ocupar uma posição central nas ciências sociais, substituindo a filosofia política. Venceu uma batalha que começou no século XVIII. Mas a contribuição dos economistas tem sido unilateral, segmentada, pragmática. Tornaram-se especialistas em administrar certas técnicas que, de uns tempos para cá, dizem respeito a algo que sequer pode ter

uma definição precisa, o chamado mercado global. As demais disciplinas, inclusive a minha, que passaram a fundar boa parte de seus raciocínios na economia, também perderam uma visão mais geral e mais dinâmica da sociedade. Temos que soar o alarme. Essa hegemonia abusiva está empobrecendo as ciências sociais como um todo – e, dentro delas, a própria economia. Está na hora de formarmos uma grande aliança nacional libertadora... do pensamento, suplicando aos economistas que incluam a realidade nacional entre suas preocupações.

COMO O SR. PODERIA CARACTERIZAR ESSE EMPOBRECIMENTO DA ECONOMIA?

Milton: Há uma crescente despreocupação com o que eu chamaria de economia de campo, ou seja, a análise da problemática local, regional e nacional a partir do exame de um conjunto de variáveis que definem uma situação. Nos últimos anos, os prêmios Nobel em economia foram concedidos a autores de construções intelectuais que, apesar de elegantes, dispensam o conhecimento das lógicas profundas com que a sociedade se reorganiza todos os dias. Isso torna a análise econômica, além de maçante, superficial. Resume-se a exercícios fundados nas relações financeiras. Esta é uma forma de evitar o conhecimento da realidade. As sociedades são formadas por componentes que sofrem o financeiro, mas não estão na origem dele. Entre nós, por conta disso, os movimentos de fundo que o Brasil tem experimentado são deixados de lado, como se fossem residuais. Apesar de extraordinariamente importantes, não são sequer mencionados.

EM QUE TERRENOS SE REALIZAM ESSES MOVIMENTOS DE FUNDO?

Milton: A acumulação de capital tenta prescindir cada vez

mais do espaço e do tempo, mas as populações vivem profundamente imersas no espaço e no tempo. Por isso, o capital desconhece o conjunto de efeitos que ele mesmo provoca e induz. Seu interesse se reduz a um número muito limitado de relações. Se os economistas atrelam a ele sua visão de mundo, acabam se empobrecendo como cientistas sociais.

A maior parcela da economia brasileira contemporânea está à margem das análises dos nossos economistas, que só enfocam os setores considerados dotados de competitividade. O mercado, tal como é tratado nos compêndios, é um conjunto de variáveis que se realizam num cenário a-espacial ou que, quando muito, leva em conta alguns pontos do território. Uma infinidade de outros pontos não é contemplada. Esses outros pontos, no entanto, agem também. E reagem. Eles abrigam a maioria da população e uma parte essencial da própria economia. Ou melhor, abrigam a economia que interessa àquela maioria da população que não cabe na economia competitiva, flexível...

CHEGAMOS, ENTÃO, AO TERRENO MAIS ESPECÍFICO DO GEÓGRAFO, AO CONCEITO DE TERRITÓRIO...

Milton: Território não é uma categoria de análise, nem é categoria política. É uma categoria do direito internacional. Para o que estamos tratando, a questão central não é o território em si, mas o território usado. Por isso, não se pode separar território e população. O espaço está sempre sendo redinamizado por novos usos. Além disso, é preciso qualificar o território, a partir da maneira como se subdivide, dos conteúdos que assume. O que é uma nação, um estado, um município, uma região, uma propriedade fundiária? Até onde o Estado governa de fato o país e os que estão dentro dele?

QUE MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS HOUE A ESSE RESPEITO?

Milton: Uma das razões da crise brasileira atual vem do fato de que as divisões do território e o conteúdo dessas divisões não respondem mais às demandas nem da população, nem das economias territoriais. O território não é mais regulado pelo Estado, mas pelas grandes empresas. O que o Estado tenta regular são os apetites dessas empresas que formam uma rede flexível, desterritorializada.

O resto, que permanece territorial, não conta. As populações ficam de fora, condenadas a assistir a esses processos. Não são consideradas parte do país em movimento. No limite, a própria idéia de população é eliminada. Toda a discussão se resume ao déficit público e às demais categorias relacionadas a um equilíbrio macroeconômico que depende daqueles agentes que operam de forma desterritorializada. O resultado é uma desordem social crescente. O discurso da nossa incorporação à globalização serve para mascarar isso.

QUE CONSEQÜÊNCIAS TEM ESSA SUBSTITUIÇÃO DO ESTADO PELAS GRANDES EMPRESAS COMO AGENTES REGULADORES?

Milton: O pior governante é obrigado a levar em conta uma variedade de interesses, de preocupações, de variáveis. O capital, não. Quando um agente privado suficientemente poderoso se instala em um município qualquer, ele passa a regular a vida e as finanças locais, de acordo com fins próprios, exclusivos. Ocorrem processos de reorganização sem objetivos que se vinculem às populações e aos espaços. Isso pode ter um grande efeito de desorganização. Essa entrega do poder de regulação do território às grandes empresas permite, no entanto, que eventualmente se fale em crescimento do pro-

duto, inclusive do “produto regional”, o que não passa de má literatura.

NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, QUE RELAÇÕES SE ESTABELECEM ENTRE OS ESPAÇOS LOCAIS, NACIONAIS E GLOBAL?

Milton: Na economia globalizada, a produção passa a conter crescentes ingredientes científicos, técnicos e informacionais, que estão sob controle de poucos agentes. Isso cria uma certa homogeneização (no sentido que os economistas dão à palavra), pois um tipo de produção e de produto passa a caracterizar toda uma região. Produzem-se preocupações comuns nos grupos humanos territorializados, que passam a depender dessa produção. O espaço local, portanto, não desaparece. Ele é a área onde o acontecer é solidário.

Na base, a globalização recria as regiões, com uma ordem local comandada por uma ordem global. Cada vez mais, o que acontece em um lugar depende do que acontece em outros. Num dado momento, quando a crise se instala, crescem as demandas por alguma regulação, que não pode ser feita nem localmente nem globalmente. O espaço nacional terá que reemergir como o espaço da regulação, levando à criação de uma nova federação, repensada a partir das dores locais. E, para haver regulação, a população e as empresas de pequeno e médio porte têm que se fazer representar.

QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DESSA FRAQUEZA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE REGULAÇÃO?

Milton: O signo do nosso tempo é a velocidade. A chamada adaptação do Brasil ao mundo é a aceitação desse signo. Isso implica a condenação de tudo que não é, digamos, pós-moderno. Todas as outras dinâmicas sociais são despreza-

das. A maneira como a economia tem sido conduzida, e a maneira como ela vem conduzindo o resto, elimina muitos horizontes possíveis. No fundo, é um problema ético. Desculpem se uso essa palavra numa entrevista a economistas...

QUE TIPO DE FRATURAS SÃO PRODUZIDAS NA SOCIEDADE?

Milton: Os segmentos que querem ser modernos a todo preço pedem a criação de pontos luminosos onde predominem a competitividade, o pragmatismo, a velocidade. Esses pontos passam a funcionar como matrizes de relações verticais, cuja ordem impessoal não admite discussão. Mas eles estão imersos em um território maior, que contém população diferenciada, empresas diversas, comportamentos múltiplos – e isso exige que haja negociações. É uma ilusão achar que os pontos luminosos podem desatar os laços que os ligam aos demais. Isso fica claro nas grandes cidades, que têm sido chamadas de “cidades globais”. É uma grande mentira. Elas têm pontos globais, mas o resto está lá, com milhões de pessoas que vêem a verticalidade, porque sofrem seus efeitos.

EM TODO O SEU RACIOCÍNIO, O SR. NÃO PARECE ESTAR SE REFERINDO A UMA CRISE ESPECIFICAMENTE ECONÔMICA, OU SEJA, RESTRITA ÀS VARIÁVEIS QUE OS ECONOMISTAS MANEJAM.

Milton: Nossa crise é muito mais profunda e não vem sendo sequer examinada. É apreendida em cada uma de suas manifestações isoladas, como se fosse pontual. Aqui, um prefeito se mostra impotente diante dos problemas de sua cidade; ali, estouram conflitos que exibem o crescimento incontrolável de atividades consideradas ilegais; e assim por diante. Mas os efeitos de conjunto desse modelo sobre o binômio população-território permanecem largamente desconhecidos.

Sequer temos dados confiáveis. Falta informação básica para trabalhar. Dispomos de pedaços de estatísticas, deliberadamente politizadas, elaboradas de forma a tornar muito difícil o reconhecimento das situações. Conseqüentemente, conhecemos muito mal a dinâmica social em curso. Nosso vocabulário nem chega a dar conta dela. O conhecimento do Brasil contemporâneo apresenta lacunas imensas e, por conseguinte, não se produzem idéias que nos permitam pensar o futuro com alguma clareza. A academia, na verdade, não debate mais. E os políticos não fazem mais política; são porta-vozes, produzem o espetáculo. As empresas é que fazem política.

O SR. DIRIA QUE O ESTADO ESTÁ PERDENDO A CAPACIDADE DE GOVERNAR?

Milton: O Estado desistiu de governar. Não quer mais governar. Apesar disso, paradoxalmente, está se tornando mais centralizador do que foi em qualquer período da nossa história recente. A concentração de recursos nas mãos do governo central – que os utiliza em objetivos não territoriais e não populacionais – retira recursos das instâncias territoriais, dificultando ainda mais o atendimento dos reclamos da população.

MAS ESTE ESTADO CONTINUA REALIZANDO INTERVENÇÕES NO TECIDO ECONÔMICO E SOCIAL...

Milton: O Estado investe vigorosamente em certos pontos, para produzir os espaços luminosos, atrativos para as empresas globais. Meu grupo de pesquisas está envolvido justamente em fazer uma cartografia desses pontos luminosos do território, que são sorvedouros de recursos. O Estado gasta com a infra-estrutura, e depois gasta ainda

mais, ajudando as empresas a se instalarem nesses pontos. Isso custa enormemente à nação como um todo, pois esses recursos estão sendo negados aos outros agentes da sociedade. Esta é uma das razões do agravamento da nossa crise urbana. Se os recursos fossem aplicados diretamente na população, criariam outros nexos, outras dinâmicas econômicas, muito mais eficazes para amenizar a problemática social, que se avoluma. Mas a globalização criou a crença de que os países serão salvos pela instalação mais rápida possível das empresas de porte gigantesco em todos os setores. É um equívoco tremendo.

ESSA ATUAÇÃO ASSIMÉTRICA DO ESTADO NÃO CHEGA A SER UM FENÔMENO NOVO...

Milton: É claro que o Estado nunca agiu de forma igualitária. Sempre pendeu mais para um grupo de atores, mas tradicionalmente buscava-se algo mais balanceado. Agora, não: é o Estado das empresas globais, que representam uma parcela muito pequena da nossa realidade. O Estado se tornou um fator de desordem.

ESSA PROBLEMÁTICA, QUE SE LIGA À DA GLOBALIZAÇÃO, NÃO É ESPECÍFICA DO BRASIL...

Milton: Sim. Mas os europeus vivem num mundo de cidadãos, onde há relativamente poucos pobres. Nós vivemos num mundo de pobres, onde há poucos cidadãos. Deveríamos olhar todos esses processos de outra forma. Aliás, os pobres já olham. Não nos damos conta disso porque não temos dialogado com eles. Imaginamos que eles não estão vendo nada. Estão vendo, sim, embora não possam formular um discurso tão articulado como os de cima.

Produzir outro sistema de idéias coerente é um desafio

para os intelectuais. Eles têm que reduzir as viagens, frequentar menor número de congressos, abrir mão de honorárias – que são dadas mais à circulação da pessoa do que à sua produção real – e partir para um trabalho mais difícil.

COMO O SR. VÊ O DEBATE ATUAL SOBRE ESSAS QUESTÕES?

Milton: Os debates estão maciçamente permeados por pura e simples ideologia. A construção intelectual dominante se articula em torno de idéias como produtividade, qualidade, velocidade. Nada disso é um dado do real, é apenas ideologia. Um sistema ideológico comanda a economia e, por conseguinte, comanda o resto.

Esse sistema não caiu do céu. Foi construído. Houve uma preparação prévia para a chamada globalização, com a produção de idéias encomendadas a determinados centros de pensamento. Os laboratórios do Departamento de Estado, a inteligência das grandes empresas, com suas fundações, e as universidades hegemônicas comandaram a pesquisa e a formulação dessas idéias, alocando, em grande escala, os recursos necessários para isso. As idéias assim produzidas chegaram junto com a desregulamentação e com os novos meios de comunicação. Criou-se a violência da informação, que precede e acompanha a implantação do processo concreto da globalização.

A formação de economistas nesses centros de pensamento se insere nisso. Outros intelectuais de países periféricos também se articularam com esse sistema, aceitando participar do processo de difusão ideológica que começou nos anos 70, antes da globalização se afirmar. Manejavam as verbas, escolhiam os temas de pesquisa, definiam os livros que deviam ser difundidos, espalhavam as teorias adequadas. Hoje, alguns estão governando seus países.

MESMO ASSIM, O SR. ATRIBUI AOS INTELECTUAIS UM PAPEL DECISIVO NA SUPERAÇÃO DA CRISE?

Milton: Acredito no poder de arraste das idéias. Para viver, todas as pessoas precisam de idéias. Portanto, o desafio está – como esteve em outras fases críticas da história – com os intelectuais. A crise exige um grande esforço na produção de outro tipo de debate, e não deste ao qual somos obrigados pelos congressos das instituições internacionais e da academia, que querem discutir formas de continuar o que está sendo feito, ou de encontrar saídas dentro do que está sendo feito.

Não se trata de encontrar as soluções mais funcionais. Qualquer solução funcional ajudará a ampliar a força dessa estrutura que é hegemônica em escala planetária. Para discutir uma alternativa, temos de partir do reconhecimento do vulcão que está se criando por toda parte. No mundo inteiro há formas diversas de reação, que ainda consideramos espúrias, ilegais. Ora, querer que os de baixo façam um protesto amável, gentil, é imaginar que estamos numa democracia social. Não estamos.

ESTAMOS EM QUE TIPO DE REGIME?

Milton: Transitamos de um regime militar para uma democracia de mercado, na qual, na melhor das hipóteses, o consumidor está no centro. É a resposta política à economia neoliberal. A democracia – um sistema no qual cada um de nós é tão forte quanto o Estado – deve criar um ambiente que nos estimule a ampliar nossa consciência. A democracia de mercado é um permanente convite à redução da consciência, e isso se faz, em parte, pela glorificação do consumidor. Nossa democracia não fez avançar a discussão da cidadania, não generalizou a educação, não distribuiu a riqueza, mas se orgulha de ter feito um código do consumidor.

QUE CONSISTÊNCIA O SR. VÊ NO PROJETO HOJE DOMINANTE?

Milton: O que distingue um projeto é a existência de um processo com etapas viáveis, claramente demarcadas. Não nos oferecem isso. Nosso presidente jamais nos disse quando chegaremos ao chamado Primeiro Mundo. Tudo se resume a um sonho, que para a maior parte das pessoas é impossível. Essa corrida financeira, essa permanente “aposta” – para usar a expressão que hoje está na moda entre os economistas –, não tem objetivo. Por isso, a globalização atual não tem futuro, não vai prosperar. Quanto mais se desenvolve, mais espalha a semente de sua destruição.

FALEMOS UM POUCO, DE FORMA MAIS ESPECÍFICA, SOBRE A CRISE URBANA DO BRASIL, SOB O PONTO DE VISTA DE UM GEÓGRAFO.

Milton: O Brasil foi ocupado de forma mais extensiva nas últimas décadas. Houve uma ampliação da presença humana no território. Mas essa ocupação mais ampla gera novas concentrações, pois é muito rápida a velocidade de urbanização das novas áreas habitadas. Nós estendemos a população e, imediatamente ou pouco depois, a reconcentramos. Esses movimentos demográficos e migratórios corresponderam a crises, mas elas foram criadoras.

Hoje, a urbanização tomou outra feição. As cidades do interior do Sul e do Sudeste se intelectualizaram, tornando-se reservatórios de recursos para a vida rural do entorno: dinheiro, saber, serviços, implementos... Além disso, disseminamos o fenômeno da metropolização. Por todo o país, produzimos núcleos como Ribeirão Preto, Uberlândia, Feira de Santana. A questão urbana se espalhou, trazendo a promessa de produção de novas idéias.

Houve, é claro, diferenças regionais importantes. O Nordeste, por exemplo, recusou a urbanização durante cinco séculos. Ali, a estrutura fundiária não permitiu criar um setor terciário; não havia consumidores, não havia o que transportar. Mas, nos próximos dez ou vinte anos, o Nordeste conhecerá uma crise demográfica e territorial cheia de conseqüências, pois está sendo contaminado pelo processo maior.

COM A PERDA DE DINAMISMO NA INDÚSTRIA, ESSE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO PODERÁ SE MANTER?

Milton: Só em São Paulo a urbanização e a industrialização mantiveram clara relação entre si. Foi o pensamento paulista que generalizou essa relação. A urbanização não pode ser explicada de forma geral pela indústria, que aliás gera cada vez menos empregos. Nas ciências sociais, como nas demais ciências, temos que ver o que há e interpretar o que há, e não procurar o que gostaríamos que houvesse. É comum que tentemos encontrar no real os processos que conhecemos, mas eles, em geral, correspondem ao que se passou em períodos anteriores. Isso dificulta nossa compreensão do que é novo.

COMO SE PODERIA ENFRENTAR PROBLEMAS QUE PARECEM TORNAR-SE ESTRUTURAIS, COMO O DESEMPREGO?

Milton: Quem está fora do poder e da corrente dominante não tem que ter soluções para tudo. O importante é ter um sistema de idéias. A universidade deveria se voltar para isso, mas não o faz. Mesmo assim, podemos dar algumas respostas. A função pública tem que ser o centro da solidariedade nacional. E o Brasil quase não tem funcionários públicos. Vejamos a educação: as salas de aula estão repletas de crianças. Se cada turma for dividida em três, teremos um ensino melhor e multiplicaremos por três a demanda por profes-

res. Por outro lado, continuam à espera de ações de grande envergadura os cuidados com a saúde e os procedimentos voltados para prover uma velhice decente para todos. É um imenso campo de produção de empregos. Tudo depende do universo de idéias que é chamado a funcionar e incentivado a se desenvolver. Voltamos à questão da ética.

COMO O SR. VÊ A POSSIBILIDADE DE UMA ALTERNATIVA?

Milton: A crise atual tem novas características, ainda largamente ignoradas. Mas essa distribuição de pobreza sem remédio, que se espalha por todo o território, indica que está se gestando a produção do futuro. Eu vejo tudo isso como luz. A história exige um sentido. Quando as pessoas descobrem que ele está ausente, elas passam a se abrir para novas explicações. O ganha-e-perde da economia atual não tem sentido nenhum. A grande crise já se instalou: todos os mecanismos que garantiram alguma mobilidade social estão desmontados ou ameaçados. Falta apenas esgotar os mecanismos de mistificação.

SE OS MUNDOS DA ACADEMIA E DA GRANDE POLÍTICA ESTÃO NEUTRALIZADOS, ONDE SE ESTARIA GESTANDO UMA ALTERNATIVA?

Milton: O esgotamento do processo naquilo que eu chamo de psicoesfera é muito mais lento do que seu esgotamento na esfera da materialidade. Esse descompasso atinge em cheio o pensamento, que nesses períodos tende a tornar-se menos sistêmico. Além disso, não temos uma intelectualidade capaz de abrir-se para o discurso dos de baixo. Mas é ele que produz a semente da força com que o Brasil já começa a enfrentar e recusar o rumo atual.

A recusa já começou. Está aí. Creio firmemente nisso. As populações pobres estão dando mostras de cansaço, inclusive

em relação à mídia. Estão descobrindo que não chegarão ao paraíso prometido. Uma parte da classe média também, já que começam a se esgotar os mecanismos que proviam suas carências. Estamos todos chorando diante das mensalidades escolares, do arbítrio dos planos de saúde... Mas a interpretação hegemônica, que ainda detém o quase-monopólio do discurso, é tolerante consigo mesma e otimista face aos seus próprios erros. Não consegue analisar o problema no nível em que ele já está posto.

APESAR DE TUDO, SUA VISÃO PARECE TER UM VIÉS OTIMISTA...

Milton: Completamente. A história vai se fazer. Meu próximo livro já tem título: “A chegada do período popular”. Estou vendo que ele está chegando. Toda essa tecnologia maravilhosa vai ser posta a serviço do povo.

** Entrevista publicada no Jornal dos Economistas nº 103, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.*

QUEREMOS SER UMA NAÇÃO DEMOCRÁTICA E MULTIRRACIAL

Maria da Conceição Tavares

Aos setenta anos de idade, Maria da Conceição Tavares continua a ser, antes de tudo, cidadã e professora. Poucos vivenciaram tão de perto, como ela, os acontecimentos mais marcantes do Brasil e da América Latina nas quatro últimas décadas, e poucos acumularam uma reflexão tão rica sobre os nossos problemas. Nesta entrevista, a professora emérita do Instituto de Economia da UFRJ fala sobre as grandes tendências do capitalismo contemporâneo e diz: “Justamente quando aquilo que Marx previu está ficando mais claro, a malta repete que Marx está ultrapassado! Sua análise do capitalismo nunca esteve tão evidentemente correta.” Quanto ao Brasil, afirma: “O projeto é o da luta. Nosso papel é resistir, submeter a economia à política. Com qual bandeira? Todas as dos últimos duzentos anos! Não basta?”

QUAIS SÃO SEUS PONTOS DE PARTIDA PARA ANALISAR A SITUAÇÃO ATUAL?

Conceição: Desde de 1984, tenho adotado o ponto de partida de que é impossível trabalhar em economia política sem ligar duas peças fundamentais: o poder e o dinheiro. Quanto ao Brasil, permaneço adotando a hipótese – cepalina e terceiro-mundista – de que somos um país inserido de forma dependente na ordem internacional.

QUE ORDEM É ESTA?

Conceição: Nos anos 70 e 80, a partir da derrota no Vietnã, do rompimento do padrão monetário e da perda de competitividade na área econômica, falava-se muito no fim da hegemonia americana. Estava na moda discutir quem seria o sucessor dos Estados Unidos. Uns diziam que seria o Japão, por causa do seu poderio tecnológico; outros diziam que não teríamos mais impérios, mas sim uma situação de hegemonia compartilhada. Em 1984, já estava claro para mim que caminhávamos para a reafirmação da velha hegemonia, com uma Pax Americana. Foi o que aconteceu.

QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DESSA REAFIRMAÇÃO?

Conceição: A hegemonia consentida, vigente durante a Guerra Fria, deu lugar a um sistema imperial, pois não há mais inimigo visível que crie um contrapeso. Não estamos mais na situação em que os Estados Unidos usavam dois ex-inimigos derrotados – a Alemanha e o Japão – para fazer frente a outro império. O fim da União Soviética e o domínio financeiro do dólar conduziram o mundo a uma situação unipolar. Não estou me referindo a um controle monetário por parte do dólar, pois não há mais sistema monetário internacional. Refiro-me ao fato de que os Estados Unidos têm o poder de arbitrar o jogo das moedas da Tríade, definindo quanto vale o dólar diante do marco e do iene. Eles podem valorizar ou desvalorizar sua moeda e sempre ganhar a parada. Os outros não conseguem enfrentar o jogo de igual para igual. Essa assimetria ocorre não apenas no domínio do dinheiro, mas também no das armas e da capacidade diplomática. Não sabemos por quanto tempo essa situação prevalecerá. Todo sistema imperial é mal tolerado.

DE ONDE PODERÁ PARTIR A CONTESTAÇÃO A ESSA NOVA ORDEM?

Conceição: No curto e médio prazos, o grande problema parece estar na Ásia, um espaço ainda a ser ordenado, onde, além do Japão, há uma nova potência emergindo. É algo absolutamente excepcional, pois não se constroem potências com facilidade. Não há potência nova no mundo desde a metade do século XIX. Pela primeira vez, a China está emergindo para o capitalismo. Durante o capitalismo produtivo ela não emergiu, ficou isolada. A Rússia, não: já estava incorporada ao sistema em 1914. Com o experimento bolchevique, foi desincorporada, e agora volta, com uma espécie de acumulação primitiva que destrói um império que levou mil anos para ser construído.

O caso chinês é diferente. A China se incorpora ao movimento expansivo do capital na sua forma mais avançada, e agora não se trata de uma incorporação submetida, como ocorreu durante a hegemonia britânica. Nessa fase anterior, as grandes civilizações da China e da Índia tiveram seu potencial produtivo, tecnológico e cultural destruído. Permaneceram isoladas. Agora, o território chinês se incorpora à esfera do capital mundializado, mas de forma não submissa. Isso altera o espaço da acumulação. Em paralelo, a informação instantânea altera o tempo da acumulação também.

VOCÊ CONSIDERA QUE ESTAMOS DIANTE DE MUDANÇAS QUALITATIVAS NO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL? QUAIS OS LIMITES DESSE PROCESSO?

Conceição: O velho Marx avisou duas coisas: o capital fictício [d-d'] ia inviabilizar o capitalismo, e está inviabilizando. Outro caminho de inviabilização viria com o enfraquecimento da capacidade de o capital sugar valor do trabalho. Isso

também está aí. Neste momento, o capital precisa cada vez menos do trabalho. O trabalho está ficando “livre”, o que em nossa sociedade significa marginalidade e exclusão. A sociedade vai ter que se organizar de outra maneira.

Os fundamentos do capitalismo estão sendo roídos por dentro. O dinheiro não tem mais poder liberatório. Ninguém pode cobrar os trilhões que estão circulando por aí, pois eles são fictícios. Ninguém sabe quanto vale um dólar, ora vale 50% a mais, ora 50% a menos. Fazem-se desvalorizações de 100%. Não são desvalorizações competitivas, são expressões de uma crise financeira do tamanho de um bonde.

É fantástico: justamente quando aquilo que Marx previu está ficando mais claro, a malta repete que Marx está ultrapassado! Sua análise do capitalismo nunca esteve tão evidentemente correta. Nunca foi tão óbvio que o capital não tem limites nem fronteiras. Não estou falando do capital financeiro orgânico do Hilferding, nem do capital financeiro do Hobson, embora eles estejam aí. É evidente que há ligação entre bancos e multinacionais. Mas, além disso, as multinacionais também passaram a ser bancos, sem serem bancos. A estratégia de qualquer multinacional passou a ser: primeiro eu trato do dinheiro, da liquidez, da aplicação financeira, sem o que não vou a lugar nenhum. Depois, trato das exportações, depois da tecnologia. Ao contrário do período que vai de 1930 a 1980, a estratégia das empresas não é dividir a produção, utilizando os territórios nacionais, aproveitando fronteiras e tarifas. Antes, elas entravam, eram protegidas, e aí cada mercado nacional se expandia. Havia menos comércio internacional e mais investimento direto produtivo. Agora é o contrário. Há maior expansão de um comércio internacional e intraempresas, e maior expansão do investimento financeiro, de portfolio e relacionado às flutuações cambiais.

QUE CONSEQÜÊNCIAS ISSO TRAZ?

Conceição: As séries estatísticas mostram os fluxos financeiros disparando, embaixo deles o comércio e muito mais embaixo o investimento produtivo. A face financeira-mercantil do sistema é enorme. A face produtiva vem bem abaixo dela, e o emprego vem lá atrás, caindo. Ou seja, esses parâmetros estão abrindo na forma de um leque, estilhaçando a compatibilidade e a convergência das formas de transformação do capital. O capital-dinheiro está indo às nuvens, mas a valorização do capital através do trabalho está secando. O trabalho está sendo rejeitado como instrumento de valorização.

QUE CONSEQÜÊNCIAS ISSO TRAZ PARA A ESTABILIDADE DO SISTEMA MUNDIAL?

Conceição: Provoca um efeito regressivo. O capitalismo arrebou os países de desenvolvimento intermediário e não parece interessado em recompor as mesoestruturas. Ao contrário. Está centralizando o poder, o dinheiro e o capital, e ao mesmo tempo dispensando o trabalho em toda parte do mundo. Quando os países intermediários iam relativamente bem, as elites burguesas locais toparam fazer uma teoria terceiro-mundista. Foi o sonho da Unctad, da reunião dos não alinhados, do grupo dos 77, das políticas externas independentes. Fizemos tudo isso quando estávamos crescendo, nos industrializando, no caso brasileiro de Vargas em diante. Apesar de algumas ações nitidamente subalternas, como a participação na intervenção militar em São Domingos, mantivemos em geral uma política externa independente. No Terceiro Mundo, as nações intermediárias lideravam as mais atrasadas. Hoje, não está claro o destino dos países intermediários, e o sistema não é governável sem uma hierarquia. Um dos

poucos líderes que restam no Terceiro Mundo é Mandela, mas ele tem tantos problemas internos na África do Sul que não consegue entrar no jogo global.

NO INTERIOR DESSAS MUDANÇAS NÃO PODE ESTAR SENDO GESTADO UM NOVO MODO DE REGULAÇÃO?

Conceição: Se ele não for encontrado, vamos para o caos. A Europa, mal ou bem, deve ser regulada de novo, embora de modo conservador. Mas falta visualizar o futuro da Rússia e da Ásia, especialmente o da China e do Japão. Como poderá haver uma regulação abrangente que não inclua a Ásia? Por outro lado, por que os Estados Unidos vão buscar uma nova regulação internacional, se estão ganhando montanhas de dinheiro com isso que aí está? A não ser que sejam forçados por uma enorme crise internacional que os atinja, não haverá regulação.

ENTÃO A HIPÓTESE DE UMA NOVA REGULAÇÃO PASSA PELA DA CRISE?

Conceição: Passa pela da crise. Sem crise não haverá novo sistema de regulação. Sem crise, acontecerá um processo caótico de fusões entre grandes empresas transnacionais e de “destruição não criadora”, parodiando Schumpeter, de empresas e de Estados intermediários.

COMO ISSO AFETA O BRASIL?

Conceição: Hoje, somos basicamente periferia dos Estados Unidos. Através deles, nos enganchamos no sistema internacional. Quando esse sistema entra em crise, o Brasil entra em crise também, eis o cerne da teoria centro-periferia. Em períodos anteriores, porém, sempre nos enganchamos dinamicamente. Agora, aparentemente, não conseguimos mais fazer isso.

Em outras épocas, as alianças entre o poder e o dinheiro permitiram que nosso continente pudesse crescer para algum lugar, fosse de forma primário-exportadora, fosse a partir de certas indústrias que puxavam outras. Isso mudou. No período mais recente, o capitalismo tardio brasileiro, que recém tinha completado a Segunda Revolução Industrial em fins da década de 1970, e que teria pela frente a tarefa de engatar imediatamente na Terceira Revolução, ficou desamparado pelo endividamento e a completa dependência em relação à moeda padrão. Junto com outros países da periferia, pegamos pela frente o choque da dívida externa, que nos levou à superinflação (e à estagnação da América Latina, do Leste da Europa e da África), justamente em uma década de grandes transformações sociais e políticas internas, em que retomamos a agenda democrática.

O choque da dívida nos deixou de joelhos diante dos Estados Unidos. Nosso processo de crescimento se interrompeu, nosso desenvolvimento regrediu e a acumulação capitalista que se daria na direção da Terceira Revolução Industrial ficou bloqueada. Com isso, depois de um imenso esforço, ficamos de novo retardatários em relação ao desenvolvimento que ocorre no centro.

E VOLTAMOS A NOS ENDIVIDAR...

Conceição: Sim, com a particularidade de que nunca fomos – nem somos – devedores com credibilidade. Somos um país de alto risco, propício a aventuras. Nosso circuito enlouquecido de endividamento sempre termina no mesmo lugar: é impossível pagar.

Não temos nenhuma das condições que Raúl Prebisch enfatizava como necessárias para superar a condição periférica: progresso técnico endógeno (ou seja, capacidade de mo-

ver com autonomia o próprio crescimento) e moeda estável e conversível. Hoje, nossa moeda está estável mas permanece não conversível. Ancorou no dólar. Não é uma peculiaridade nossa: todos os países fracos ancoraram no dólar. A bem da verdade, fizemos uma ancoragem meio deslizante, menos firme do que a da Argentina, que é liberal desde os anos 30.

ESSA REATUALIZAÇÃO DA NOSSA CONDIÇÃO

“RETARDATÁRIOS” TRAZ QUE TIPO DE CONSEQÜÊNCIAS?

Conceição: Estamos em uma situação em que não aproveitamos do dinamismo mundial, que aliás se deslocou. Do ponto de vista comercial, sempre fomos “globais”, estabelecendo relações com todos os continentes e regiões. Hoje, porém, nosso comércio se inclina para o circuito americano, para dentro da América Latina e para o aumento das importações oriundas dos Estados Unidos. Estamos perdendo a capacidade de competir nas outras áreas, onde tínhamos acesso.

Em termos geopolíticos, estamos inseridos na pior área, o quintal dos americanos. Na Ásia, as catástrofes talvez sejam maiores, mas as possibilidades também o são. Somos um país gigantesco encravado no continente dominado pelos Estados Unidos, num momento em que a Alca e as demais iniciativas da superpotência apontam para uma reatualização da Doutrina Monroe. Nossa antiga vocação para a dependência, conforme a teoria do sociólogo-presidente, se transforma em submissão. No máximo, nosso chefe de governo aspira a ser uma espécie de proconsul do império americano na parte sul do continente.

NÃO É UMA SITUAÇÃO COMPLETAMENTE NOVA PARA NÓS...

Conceição: O Brasil sempre conseguiu sair dessas encrencas fugindo para a frente. Atrasou-se tanto na Primeira quanto

na Segunda Revolução Industrial, interrompendo seu ciclo de modernização. Está vivendo isso mais uma vez, com a liquidação de seu potencial tecnológico e de sua capacidade de manter alguma autonomia. A destruição das empresas estatais desempenha papel relevante nisso. O Brasil aceitou tornar-se um país-filial, com um mercado consumidor que se restringe e cujas dimensões estão voltando às que foram definidas durante o processo de substituição de importações. Um mercado que beneficia plenamente 5% da população, incorpora mais uns 20%, desincorpora outros 20% que se tinham incorporado precariamente e deixa os demais de fora. Agora, porém, os “de fora” também foram colocados completamente dentro da esfera mercantil. Não há hipótese de se fazer economia de subsistência nas cidades, e mesmo nas áreas rurais isso só é possível em áreas diminutas.

QUE AGENDA POLÍTICA DECORRE DAÍ?

Conceição: Nossa agenda, definida na famosa década perdida, comporta os direitos do cidadão, típicos do século XVIII; a questão agrária, pendente desde a escravidão; os direitos sindicais, típicos do século XIX. Com a redemocratização, essas agendas antigas foram reativadas, pois é intolerável que não as tenhamos resolvido minimamente, nem sequer dando um pedaço de terra a quem não tem nada. Liquidamos a ditadura para tentar virar uma nação de cidadãos, mas perdemos essa perspectiva. A aliança do dinheiro com o poder se manteve.

QUE DINHEIRO E QUE PODER?

Conceição: O dinheiro e o poder dos que mandam, desta vez submetidos à política dos Estados Unidos. É claro que sempre teremos que negociar com os americanos. Mas temos

de ter clareza do que queremos. Fricotes não bastam. Nesse sentido, estamos em uma situação parecida com outras, que já enfrentamos no passado. Estávamos submetidos quando a Corte portuguesa veio para cá, ou quando fizemos o acordo com os ingleses. Mas, como somos muito grandes, sempre demos um jeito de negociar o preço dessa submissão. Voltamos a fazer isso agora, com o professor Cardoso, mas estamos fazendo mal. Pois há uma novidade importante: nosso Estado está roto, rompido, não corresponde minimamente ao que se exige de um Estado no momento atual. Estamos sem bússola no meio de uma confusão mundial, olhando para tudo quanto é lado, ao sabor dos ventos, e sem Estado nacional. É uma situação muito grave. Nossa transição democrática não se completou e já apodreceu. Agora, a luta é mais dura. O grande projeto que animou a década de 1980, o projeto de nação democrática, está sufocado.

NO LUGAR DELE, TEMOS O PROJETO NEOLIBERAL...

Conceição: O professor Cardoso não virou neoliberal coisa nenhuma. Não acredita nas benesses do neoliberalismo, até porque não temos evidência de que tenha se tornado um idiota. Está gerenciando o poder que lhe toca e onde quer permanecer. Idiotas são os economistas que acompanham a maré. Os que foram de esquerda no passado, então, nem se fala: são patéticos. Não enxergam um palmo.

COMO VOCÊ VÊ A CRISE SOCIAL BRASILEIRA HOJE?

Conceição: O mundo não roda mais em torno do dinheiro como instrumento de troca, ou como materialização da riqueza. Ocorreu uma financeirização, no sentido de que o dinheiro passa a criar riqueza financeira. Todos os países submetidos ao capitalismo financeiro são levados a entregar para

a elite rentista uma parte espantosa da renda nacional. Quando a renda cresce, 1% da população fica com 50% ou 60% de todo o incremento. Nos anos 80, isso ocorreu em toda parte: nos Estados Unidos, na Europa, no Chile, na Argentina. Para eles, trata-se de uma novidade, pois sempre foram mais homogêneos que nós. Nossa distribuição da renda é historicamente ruim, pela concentração da propriedade, pela tendência ao endividamento voltado para financiar o consumo, pelo direcionamento da capacidade produtiva para uma minoria. Nunca conseguimos incorporar a maioria sequer ao mundo dos direitos do trabalho.

No Brasil, as grandes massas nunca tiveram um destino minimamente claro – via propriedade da terra, via mercado de trabalho, via educação, que são os instrumentos mais importantes de incorporação em qualquer sociedade moderna. Todos os países centrais trataram de estimular esses caminhos de integração, não apenas para expandir os respectivos mercados internos, mas para aumentar a própria capacidade de defesa, através da formação de povos de cidadãos. A Alemanha, por exemplo, não fez reformas sociais para aumentar o mercado interno, pois sua economia já era uma potência, mas sim para que os alemães pudessem se engajar na defesa nacional como cidadãos. O mesmo pode ser dito das diversas reformas educacionais modernizantes feitas mundo afora, inclusive na América do Sul (Sarmiento na Argentina, Portales no Chile).

No momento de sua organização como nação, todos os países de capitalismo tardio do século XIX e muitas ex-colônias cuidaram da reforma agrária e da educação. Aqui, fugimos para a frente, buscando combinar em cada momento os interesses das elites regionais e algum poder nacional. No plano internacional, sempre tivemos certo raio de manobra, jogan-

do nas brechas do sistema, como o fizeram o Barão do Rio Branco e Getúlio Vargas.

Hoje, temos o Fernando Henrique tentando operar com o Mercosul para ver se consegue melhores condições de negociação com os americanos. Resistimos mais que a Argentina e o México, que já foi engolido. Mas o aparelho do Estado nacional, que no tempo de Vargas foi fortemente modernizado, hoje não funciona bem, nem mesmo em termos operacionais.

SERIA POR ISSO QUE O PRESIDENTE PRECISA FAZER UMA ALIANÇA COM SETORES RETRÓGRADOS? ESSA É UMA CONDIÇÃO PARA GARANTIR GOVERNABILIDADE?

Conceição: A trajetória brasileira tradicional sempre foi a de governar internamente com os donos da terra – ou seja, o latifúndio – e do dinheiro, e ao mesmo tempo negociar com a potência dominante. Terra e dinheiro são os dois interesses permanentes no Brasil, sempre ligados ao poder. Constituem a base política dos partidos da ordem. Isso continua igual. Quem está no Congresso Nacional? Os homens da terra e do dinheiro, além de, secundariamente, algumas corporações.

NADA DE NOVO, ENTÃO?

Conceição: Por cima, o que há de novo é que sempre havia um partido da ordem que ficava na oposição, por questões regionais. No momento, o professor Fernando Henrique Cardoso conseguiu o milagre de colocar todos os partidos da ordem no poder. Só a esquerda está fora. Pela primeira vez, nos aproximamos do bonapartismo. Nem Vargas foi bonapartista, pois teve os liberais e depois a UDN contra si. Agora, a verdade é que estamos em uma ditadura branca.

Por baixo, o que há de novo é que o mundo da mercadoria já se tornou universal. E, do ponto de vista simbólico, os

direitos também se tornaram universais. O que anda melhor no Congresso Nacional, assim como na mídia, é a parte dos direitos individuais, que no entanto não existem na prática. Assim, na base da sociedade, temos uma luta desesperada pela sobrevivência, típica do mundo mercantil, e pela inserção, típica do mundo dos direitos.

EM QUE CONDIÇÕES ESSA LUTA SE TRAVA?

Conceição: Ao longo da nossa história, os de baixo nunca ficaram totalmente sem opção. Vieram para a cidade, migraram país a fora. Mas agora está ficando mais difícil. A panela de pressão pode fundir. Até porque a “ética da ma-landragem” está sendo substituída pelas éticas mercantil e protestante, que estão se expandindo. Não tenho a menor idéia sobre onde isso vai dar. Não tem paralelo em nossa história.

Estão introduzindo no povo a consigna da modernidade mercantil, e isso está gerando grandes contradições. Garantem que todos têm uma mercadoria para vender – a força de trabalho –, e cada vez menos gente consegue vendê-la. Prometem que todos vão virar consumidores, e a maioria é excluída, ou vira consumidora de quinta categoria. As promessas da ética capitalista não estão sendo cumpridas. Essa frustração poderá refundir o povo. A cidade é o locus da liberdade mercantil, mas não temos engenharia social minimamente eficaz para lidar com a questão das megalópoles. É bom que mercantilizem tudo, para as pessoas aprenderem que as relações mercantis não resolvem problemas básicos.

O QUE SE PODE ESPERAR QUE SAIA DAÍ?

Conceição: Eu espero que o povo diga: quero os meus direitos, quero o consumo que me prometeram. A conquista

dos direitos vai avançar, porque jogamos massas e massas nas cidades, que são o território da liberdade mercantil.

Por alguma razão histórica, nosso povo se sente nacional e luta pela nação, mesmo não tendo inimigos externos. A unidade se faz pelo lado da cultura. Isso estabelece uma ligação mítica entre o povo e os intelectuais que, pelo menos desde os modernistas, também precisam de uma nação. Há a idéia de que precisamos de uma nação, nem que seja no aspecto lúdico. Aliás, temos “nação” no aspecto lúdico; no concreto, na vida real, temos opressão.

DE ONDE VÊM AS DIFICULDADES DA OPOSIÇÃO?

Conceição: Os trabalhadores lutam em todos os horizontes e nunca conseguem se incorporar de vez. Lutam por direitos do século XVIII, por direitos do século XIX e por direitos do século XX. Este século foi terrível, é verdade, principalmente por causa das guerras, mas também trouxe conquistas, que estão ameaçadas. Os trabalhadores estão tentando manter essas conquistas. Lutam no terreno dos direitos, sem rejeitar a herança da modernidade. É uma coisa dramática. E ainda se pede que eles apresentem um projeto nacional. Não me cobrem um projeto para os próximos vinte anos. Já falei para o Lula: não peça modelo econômico a ninguém. O projeto é o da luta. Nosso papel é resistir, submeter a economia à política. Com qual bandeira? Todas as dos últimos duzentos anos! Não basta?

ISSO PRODUZ DESESPERANÇA E DESÂNIMO?

Conceição: Mais do que desanimado, nosso povo está perplexo. Mas tem uma grande tradição em termos de estratégia de sobrevivência, pois há vários séculos ele vive numa espécie de “bye bye Brasil”. As elites brasileiras, por sua vez,

são muito apropriadoras, mercantis, curto-prazistas, sempre envolvidas em fugas para a frente, sem horizontes de longo prazo. Mesmo assim, o Brasil resistiu mais que outras nações. Tem mais potencialidades, é um país continental. Mas estamos em uma conjuntura internacional aziaga, que pode estar preparando um salto de qualidade. Os intelectuais, em geral, e os economistas, em particular, não estão muito atentos. Ficam buscando um modelo, quando a situação não permite modelos. Precisamos de uma análise histórico-estrutural, que recupere a tradição da economia política e, se possível, da crítica da economia política.

Ainda pretendo fazer a crítica da economia política da Cepal, que foi a grande economia política latino-americana. O esquema centro-periferia, de Prebisch, é muito importante, pois ele tinha razão em seus dois pontos centrais: a questão do progresso técnico endógeno e da moeda. Depois foi incorporada uma idéia ruim, a dos obstáculos à industrialização – o obstáculo agrário, os obstáculos institucionais. A reforma agrária não era obstáculo nenhum. O capitalismo selvagem foi levado ao campo e impulsionou a agricultura brasileira. Mesmo assim, é ridículo rejeitar a obra da Cepal. Prebisch e alguns de seus companheiros, como Anibal Pinto e Celso Furtado, tiveram idéias brilhantes.

O QUE FALTA CONHECER NA SOCIEDADE BRASILEIRA HOJE?

Conceição: Há temas relativamente bem estudados: as relações de poder, o processo de substituição de importações, o atraso no progresso técnico, a formação das elites. Mas falta estudar que sociedade é esta. O que é a sociedade brasileira? Como se manteve? Faltam sociólogos (do lado do povo) para nos dizer, por exemplo, como a sociedade está se movendo por baixo. Temos bons antropólogos, mas não se faz uma so-

ciologia que leve em conta as “classes” subordinadas e os segmentos excluídos do “mercado” formal de trabalho.

QUE PISTAS VOCÊ TEM SOBRE ISSO?

Conceição: Sujeitados à divisão de trabalho imposta pela hegemonia inglesa, perdemos o bonde da inclusão social no século XIX. No século XX, estamos perdendo de novo. Ou seja, estamos sempre perdendo o bonde da história européia moderna. Isso me faz pensar que não somos europeus, mas luso-americanos. Nossa agenda talvez não seja a mesma da modernidade burguesa. Nosso povo nunca acreditou na representação dos direitos formais burgueses, com razão, porque nunca os teve. Vejam o que se passou nos anos recentes. Fizemos a Constituinte de 1988. Debates intensamente durante dois anos, com toda a sociedade representada ali. Em seguida, eles vêm por cima e desconstitucionalizam tudo. Nosso povo fez aquela luta linda na década de 1980, e toda essa construção, ou possibilidade de construção, está sendo desmontada em três anos, no grito. Se alguém disser aos jovens de hoje que há apenas dez anos tivemos uma Constituinte cheia de esperanças, parecerá maluco. Por que o povo deve acreditar na democracia burguesa? Quanto ao socialismo, ele nem sabe o que é. Então, como se constitui um projeto popular neste país? De que povo estamos falando? Ou estamos falando dos sonhos das elites de esquerda de procedência européia?

As chamadas modernidades inglesa e francesa não me animam mais. Temos de encontrar outro caminho. Somos luso-americanos. E somos americanos na etapa da decadência da cidadania americana: os protestantes pobres e os funkeiros, que entraram agora, são os americanos que não votam.

NO ENTANTO, OS NORTE-AMERICANOS VIVEM EM UMA SOCIEDADE QUE DEIXOU PARA TRÁS SUA CONDIÇÃO “TARDIA” E CONSEGUIU OCUPAR O CENTRO DO SISTEMA...

Conceição: Os Estados Unidos cumpriram a tempo os requisitos dos séculos XVIII e XIX. Assim, prepararam-se para a modernidade. Nós, não. Construimos uma sociedade que só obteve êxito do ponto de vista do capital. Durante mais de cem anos, crescemos mais do que todos, ora com democracia formal, ora com ditadura, mas nunca com democracia de massas. Aliás, neste país, foram as ditaduras que mais fizeram concessões nos direitos sociais e do trabalho. O direito do trabalho vem do Estado Novo; o Estatuto da Terra – a bem da verdade, engavetado – foi feito pelo Castello Branco; os direitos dos idosos foram expandidos com o Geisel.

Assim, vivemos uma falsa via prussiana. Falsa, porque não somos potência. A via prussiana original visava a criar uma potência, e eles já estavam nessa condição em 1860, quando éramos primários-exportadores de café e escravistas. O povo assistiu embasbacado à Proclamação da República, ao golpe de Vargas, à morte do mesmo Vargas, ao golpe de 1964... Só conseguiu avançar politicamente na década de 1980. Começamos a nos mover na rua por direitos há pouquíssimo tempo. O teste da democracia, entre nós, está sendo feito.

MAS, HOJE, O MOTE ENTRE OS HOMENS QUE ESTÃO NO PODER E ENTRE MUITOS QUE ESTÃO NA ACADEMIA É O DA SUPERAÇÃO DESSA VELHA ERA DE CONCESSÕES POPULISTAS...

Conceição: A palavra povo aparece com força nos países de capitalismo tardio, ora à esquerda ora à direita. Como esses países poderiam convocar a classe operária, se só uma pequeníssima parte de sua população estava incorporada à produção dessa forma? Tinha que ser povo, mesmo. E por que rejeitamos tanto

o populismo? Aqui, ele tanto foi de direita como progressista. Vargas fez concessões ao povo, gerenciou interesses das elites regionais e, simultaneamente, se moveu competentemente no meio dos interesses das grandes potências.

Este professor Cardoso disse que veio para terminar com a “era Vargas”. Vai terminar no meio dos escombros da “era Vargas” e submergir nos escombros do modelo desenvolvimentista e da teoria da dependência, sem entender nada do que estará acontecendo. São uns pascácios.

QUAL O PAPEL DOS ECONOMISTAS NISSO TUDO?

Conceição: Não podemos abrir mão das idéias de Estado, nação e povo, nem das consignas da modernidade democrática. Mas não sabemos como retrabalhá-las no atual contexto mundial. Os economistas não entendem nada disso. Temos que trabalhar nos terrenos simbólico e cultural. Eu também disse ao Lula: não vale muito a pena reunir os economistas. Se é para dizer que o investimento está baixo, que o câmbio está ruim, que os juros estão altos, então não vale a pena. Qualquer um sabe disso.

Desta vez, o povo tem que fazer a nação. Não podemos mais delegar os destinos do país a elite nenhuma, nacional ou internacional, que só manipula. O povo não acredita mais em eleições, mas nunca pediu golpe, guerra civil ou Estado autoritário. Sempre pediu sobrevivência, vida e alegria. A partir da década de 1980, começou a pedir direito à terra, ao trabalho e outros direitos. Estamos no começo dessa caminhada, e esperamos que desta vez ela não seja interrompida. Não queremos ser império. Queremos ser uma nação democrática e multirracial.

** Entrevista publicada no Jornal dos Economistas nº 109, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.*

O ELOGIO DA DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA

Tânia Bacelar de Araújo

A economista Tânia Bacelar de Araújo trabalhou durante trinta anos na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e foi secretária da Fazenda e do Planejamento do governo de Pernambuco. Atualmente, leciona na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e é conselheira do Conselho Federal de Economia. Profunda conhecedora da realidade brasileira, resalta nesta entrevista a história da questão regional e comenta, sob este enfoque, o modelo atual. “A diversidade regional brasileira”, ela diz, “não é um problema, mas uma vantagem, mesmo em plena época de globalização. (...) Não é porque tem globalização que políticas regionais não podem existir. Esta é uma opção das elites brasileiras.”

COMO VOCÊ DESCREVERIA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, DO PONTO DE VISTA DA QUESTÃO REGIONAL E DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS?

Tânia: Acho que podemos visualizar três grandes períodos. O primeiro deles foi muito longo – começa com a colonização e se estende até o início do nosso século – e os demais são do século XX.

O primeiro período apresenta três características principais. A ocupação permaneceu praticamente restrita ao litoral,

de modo que o país só aproveitava uma pequena fração do seu território. Além disso, como disse Francisco de Oliveira, se estabeleceu nessa faixa litorânea um “arquipélago” de “ilhas econômicas” isoladas, que realizavam todo o seu ciclo de acumulação mantendo pouca ou nenhuma relação com as demais “ilhas” do país: o complexo açucareiro organizava a economia do Nordeste; o da mineração, que depois se diversificou, a de Minas Gerais; havia a “ilha” administrativa e terciária no Rio de Janeiro; a “ilha” cafeeira em São Paulo; a “ilha” da borracha no Norte; e assim por diante.

A terceira característica é que o mercado externo comandava essa acumulação regionalizada. Cada economia regional se articulava para fora, e as diferentes dinâmicas que se estabeleciam no território brasileiro não eram integradas. Por isso, aliás, os respectivos ciclos regionais podiam não coincidir no tempo, e em geral não coincidiam. Uma região vivia um auge enquanto outras estavam em crise. Essa característica se prolongou até muito recentemente. No fim da década de 1950, o documento do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado por Celso Furtado, ainda pôde registrar que, naquele momento, o Sudeste experimentava grande dinamismo, enquanto o Nordeste estava estagnado. Nessa época, quando o dinamismo industrial da era juscelinista centrava-se fortemente no Sudeste, a questão regional nordestina e a questão da Amazônia emergiam com força. A industrialização mudava a face do país, mas a segmentação persistia.

O QUE PERMITE A SUPERAÇÃO DESSE LONGO PERÍODO?

Tânia: A industrialização. Ela marca o início da segunda grande fase da dinâmica regional brasileira. Que tem dois subperíodos: um de grande concentração espacial da dinâmica econômica (com crescente competição inter-regional) e

outro de modesta desconcentração, com integração produtiva e maior complementaridade inter-regional (anos 70 e 80, no caso da indústria). Ao se intensificar, a industrialização se concentra fortemente no Sudeste, especialmente em São Paulo. A partir dali, nossa indústria, mais voltada para o mercado interno, começa a lançar pontes na direção daquelas velhas “ilhas”. Primeiro, através de uma articulação de natureza comercial: a mercadoria industrial produzida no Sudeste se espalha pelo mercado brasileiro. Estabelece-se uma grande disputa competitiva, pois essa nova base industrial, mais moderna, começa a confrontar-se com as indústrias preexistentes, muito mais incipientes. O parque têxtil do Nordeste, por exemplo, entra em crise. O mesmo ocorre com a produção açucareira, que começa a ser ameaçada pela do Sudeste. Isso mostra como as regiões já estavam se relacionando umas com as outras. Construía-se “pontes” – ou seja, fluxos econômicos e base de infra-estrutura – entre as “ilhas”.

QUE CARACTERÍSTICAS VOCÊ RESSALTARIA DESSE NOVO PERÍODO?

Tânia: Mais da metade da atividade que passou a comandar a dinâmica de um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados – a produção industrial – se concentrou em um só estado, que passou a deter uma hegemonia muito forte. Essa enorme concentração e o estabelecimento de laços econômicos internos crescentes fizeram emergir com força a questão regional, que até então inexistia. Consolida-se uma região claramente hegemônica, dotada de muito maior competitividade, que passou a questionar as demais e a comandar a dinâmica econômica do país. Essa ruptura tem outra face: o comando da acumulação se desloca, cada vez mais, do mercado externo para o mercado interno.

QUAL O IMPACTO SOBRE O CONJUNTO DO PAÍS?

Tânia: Como a industrialização se fazia de forma muito concentrada, essas “pontes” inter-regionais tendiam a ter um primeiro efeito perverso, desarticulando – pela competição inter-regional – setores das regiões mais frágeis. Já nos anos 30, começaram a ganhar força as reivindicações para que se adotassem políticas de “proteção” regional. A grande negociação feita pelas elites nordestinas depois da Revolução de 1930 foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool: já que o Estado nacional tinha feito a política de valorização do café, o Nordeste exigiu a defesa do seu açúcar, menos competitivo. A oligarquia sertaneja, por sua vez, conquistou a “política hidráulica”. Isso se exacerba no período de Juscelino Kubitschek, pois a indústria pesada vem para São Paulo, aumentando o desequilíbrio regional.

Pouco depois, começa a haver um “transbordamento” do capital industrial na direção de outras regiões. A partir da década de 1960, com a criação da Sudene, o sistema de incentivos passa a funcionar como uma “correia de repasse” que transmite uma parte do dinamismo do Sudeste para o Nordeste, levando para lá frações do capital industrial. Leonardo Guimarães chama esse período pós-Juscelino de “fase de integração produtiva”, pois a ponte inter-regional deixa de ser apenas comercial. O capital produtivo (industrial e agroindustrial) migra, realizando investimentos diretos, com apoio ativo do poder público. Num primeiro momento, o Estado investe na infra-estrutura física que possibilita a integração. Nos dois primeiros Planos Diretores da Sudene, 80% das despesas se dirigiam para a construção da rede de estradas, energia e coisas afins, pois se desejava, explicitamente, dotar a região das condições preliminares de atração do grande capital industrial.

QUAL O PAPEL DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NISSO?

Tânia: Brasília cria as condições para a integração em um outro eixo espacial, que também rompe com a herança das antigas “ilhas”. A nova capital contribui significativamente para que se redesenhe o mapa da infra-estrutura brasileira, que agora precisava subordinar-se ao crescimento do mercado interno. A Belém-Brasília, a Brasília-Porto Alegre, a Brasília-Recife, a Brasília-Fortaleza, além da Rio-Bahia, tecem os novos caminhos de circulação. Até os anos 40, esses caminhos eram desenhados “na horizontal”, para servir ao modelo primário-exportador. Brasília passa a ser o ponto do interior de onde saem os novos eixos de integração físico-territorial e econômica do país.

Depois, nos anos 60 e 70, já no regime militar, fizemos “por cima” a mesma ligação de infra-estrutura, via sistema integrado de telecomunicações. Em paralelo, o avanço da oligopolização montava as bases de funcionamento de um mercado interno integrado e muito dinâmico. Essa combinação cria novas sinergias. Um empresário situado em Picos, no Piauí, passa a poder telefonar para um fornecedor estabelecido em Franca, em São Paulo, e encomendar uma partida de sapatos, que chegam até ele por vias internas.

Isso altera o mapa econômico brasileiro e regional. Recife, por exemplo, é muito afetada. Até então, a cidade tinha um grande setor atacadista e era o pólo de intermediação para todo o Nordeste. As mercadorias desembarcavam nela, por sua localização litorânea mais ou menos no meio da região. Quando ligamos a infra-estrutura física por rodovias e colocamos o sistema de telecomunicações por cima delas, o setor de intermediação de Recife desaparece, levando consigo bairros inteiros da cidade. Nessa época, outros pólos regionais de redistribuição de mercadorias, como Campina Grande e Caruaru, também sofrem.

A ESTREITEZA DOS MERCADOS REGIONAIS NÃO DIFICULTOU A DESCENTRALIZAÇÃO?

Tânia: Não. No Nordeste, por exemplo, a Sudene trouxe frações do capital industrial do Sudeste e do Sul. Não se tratava mais, apenas, de vender no Nordeste, mas de produzir no Nordeste. A indústria que se deslocou seguia a lógica e a estratégia dos grandes grupos, que não olhavam apenas o mercado regional, mas o nacional. Assim, o tamanho do mercado nordestino não foi impeditivo.

PODE-SE DIZER QUE ISSO EXPRESSAVA A ESTRATÉGIA DEFINIDA PELO GTDN, QUE PREPAROU A CRIAÇÃO DA SUDENE?

Tânia: O GTDN propôs uma coisa, mas aconteceu outra. A idéia do Celso Furtado era mais ou menos a de realizar uma substituição de importações em escala regional. As indústrias deveriam explorar os recursos locais e se esperava criar uma camada empresarial da região. O artigo 34 do Primeiro Plano Diretor da Sudene, que definia o sistema de incentivos, dizia que agentes de todo o Brasil podiam optar por não pagar 50% do imposto de renda devido e colocar esses recursos à disposição para serem investidos no Nordeste. Paralelamente, investidores forneceriam projetos para a Sudene, e esses projetos captariam os recursos dos optantes. Assim, na origem, optantes e investidores eram agentes diferentes, e estes últimos tinham de ser figuras jurídicas de capital nacional estabelecidas no Nordeste. A idéia subjacente era criar uma nova classe industrial nordestina, até mesmo para que se pudesse contrabalançar o peso da oligarquia conservadora. Isso aconteceu no Ceará, mas não no resto da região.

Esse caminho não deu certo. No Segundo Plano Diretor, as duas premissas foram desmontadas: o optante podia ser o

próprio investidor, nacional ou não. Isso correspondia ao estágio de internacionalização a que já havíamos chegado no Brasil como um todo. Só a partir daí o sistema de incentivos deslança, com o deslocamento, para o Nordeste, de numerosas filiais das empresas instaladas no Sudeste. Inicia-se de fato o processo de integração produtiva do grande capital industrial, inclusive o multinacional.

QUAL O IMPACTO DISSO?

Tânia: Embora modestamente, começamos a desconcentrar o parque industrial, um processo que aparece nas estatísticas dos anos 70 e se confirma no último Censo Industrial disponível (1985), quando São Paulo perde posição relativa na indústria e o Nordeste ganha. O Sul também ganha. O Norte recebe a Zona Franca de Manaus. Frações do capital industrial ocupam outros espaços, criando um movimento de integração produtiva, ainda no âmbito da industrialização voltada para dentro. Esse movimento não foi suficiente para quebrar os altos índices de concentração – até hoje, o Sudeste concentra mais de 2/3 do valor da transformação industrial, o Nordeste abriga apenas 10% da produção industrial e o Norte, menos de 3% –, mas sinalizou uma tendência. A concentração começava a se reduzir. Começávamos a ocupar partes mais amplas do território com a atividade industrial, a mais dinâmica.

COMO A AGRICULTURA ACOMPANHA ESSAS MUDANÇAS?

Tânia: Ela experimentou um processo semelhante. Seus segmentos modernos também começaram a se desconcentrar, principalmente durante o regime militar. A agricultura herdada do passado estava no litoral, pois a base primário-exportadora era agrícola. E o Brasil fez uma opção conservadora, não mexendo na estrutura fundiária das áreas ocupadas. Tínhamos

espaço de manobra na fronteira agrícola, um imenso território a ocupar. Assim, a base agrícola pôde começar a desconcentrar-se, principalmente na direção do Centro-Oeste e depois do Norte, mas reproduziu nas áreas novas a perversa estrutura fundiária das áreas antigas. Para participar dos sucessivos pactos políticos, as oligarquias brasileiras sempre colocaram a condição de que a estrutura fundiária não fosse alterada. E a política de terras do Estado brasileiro era deixar que a lei do mais forte prevalecesse. Grileiros e grupos poderosos é que definiam pela força (com ou sem violência física e até assassinatos de posseiros e ocupantes) o perfil fundiário das áreas novas.

DEIXAMOS ASSIM DE SER UM PAÍS PENDURADO NO LITORAL...

Tânia: Sim, começamos a ocupar o Brasil. Atualmente, parte importante da nossa agricultura mais dinâmica não está mais no litoral, e nem mesmo nas regiões Sul e Sudeste. Este também é um processo recente. O documento do GTDN, por exemplo, no fim dos anos 50, trata o Oeste da região Nordeste como “fronteira agrícola”. Até os anos 70, quase não havia ali nem gente nem economia. Era um vazio. Em um mapeamento feito para a Sudene no começo dos anos 70, Mário Lacerda de Melo classificou o Oeste baiano, o Sul do Piauí e o Sul do Maranhão como “áreas de fronteira a serem adensadas”. Hoje, elas estão entre as mais dinâmicas da economia do Nordeste, aliás em processo de ocupação por gaúchos, paranaenses, paulistas e catarinenses, com poucos nordestinos. O tecido social que está se instalando se parece com o de Mato Grosso, Tocantins e outras áreas. Quase não tem nada a ver com o Nordeste. Essas áreas novas reproduzem o velho padrão de exclusão: o Oeste baiano, por exemplo, apresenta a mesma diferenciação social da área cacaueteira, de ocupação muito antiga.

PODE-SE FALAR ENTÃO DE UMA EXPANSÃO CONSERVADORA?

Tânia: Temos que ver o Brasil como um país em construção e ressaltar pelo menos duas coisas. Nosso processo de ocupação é muito recente e incipiente, pois estamos falando de uma história que não tem cinquenta anos. E nele, o Estado nacional teve um papel muito importante, seja através da construção da base de infra-estrutura, seja através de investimentos produtivos diretos, seja pelo sistema de financiamento e incentivos ao setor privado. Tivemos um Estado desenvolvimentista mas conservador, pois todo esse processo se realizou em bases muito excludentes. Este mesmo Estado não fez a reforma agrária e a revolução educacional, nem enfrentou as demais questões sociais. Mas sua ação empurrava a economia, que era dinâmica e estava em processo de modernização.

QUAL O MONTANTE DE RECURSOS MOBILIZADOS PELA SUDENE DURANTE ESSE PERÍODO?

Tânia: Ao longo de 35 anos, a Sudene conseguiu aplicar cerca de us\$ 30 bilhões que vieram sob a forma de incentivos, o que não é muito, diante do tamanho da economia brasileira e do nível de concentração das atividades dinâmicas. Não houve nenhuma revolução no padrão de concentração espacial brasileiro (no início dos anos 90, o Sudeste, com 44% da população, responde por mais de 60% da produção total do país), mesmo porque a renúncia fiscal da União sempre foi, e continua a ser, muito maior para o Sudeste (43% dos benefícios tributários da União, em 1996) do que para o Nordeste (13% dos mesmos benefícios).

QUE INDÚSTRIAS SE DESLOCARAM PARA O NORDESTE?

Tânia: Elas foram, basicamente, de dois tipos. Em primei-

ro lugar, a de bens não duráveis de consumo, como têxtil e confecções (base do pólo de Fortaleza ou de Natal), pois a de bens duráveis só experimentou uma pequena desconcentração posterior, feita “na marra”, com incentivos muito fortes, na direção da Zona Franca de Manaus. Num segundo momento, nos anos 70, a de bens intermediários, principalmente através da instalação de grandes complexos ligados a investimentos diretos de empresas estatais. A Petrobras trouxe o complexo petroquímico para a Bahia e desembarcou com força em Sergipe e no Rio Grande do Norte, alterando a dinâmica da economia local. A Vale do Rio Doce fez o mesmo no Maranhão ao montar um complexo mineiro-metalúrgico. Pernambuco montou um perfil mais diversificado (têxtil, minerais não metálicos, material elétrico, química, metalurgia).

COMO VOCÊ DESCREVERIA O QUE ESTÁ OCORRENDO HOJE?

Tânia: Os anos 90 marcam uma nova ruptura. Começa a emergir uma terceira grande fase. Considera-se agora que o “mercado” deve ser deixado solto para comandar todo o processo. O Estado se retira. Sua ausência nesse campo faz muita falta, pois o Brasil é muito diferenciado regionalmente, e o processo de desconcentração, como eu disse, ainda era incipiente. A completa predominância da categoria mercado traz uma homogeneização de tratamentos que é problemática, pois, na prática, tende a ampliar as diferenciações. A atuação do Estado é que criava contrapesos.

Além disso, estamos em um mercado globalizado. Os grandes atores do mercado global nos manejam, segundo os objetivos estratégicos que eles têm. Parte cada vez maior da dinâmica regional brasileira é trabalhada pelas empresas globais, que estão decidindo onde vão montar novas unidades, onde vão fechar as antigas etc. Ou seja, as estruturas regionais são

redefinidas segundo as estratégias dos grandes atores, globais ou nacionais. Há um abre-e-fecha de indústrias que não tem nada a ver com as opções da sociedade brasileira. Não há mais mecanismos de regulação pública das decisões. Não temos mais política regional. A Sudene, por exemplo, agoniza. Uma Medida Provisória, editada em pleno “susto” da recente crise asiática, marca a data para a morte dos incentivos (no início do próximo século). Isso contrasta, por exemplo, com a posição da União Européia, que tem políticas regionais explícitas, fundos de desenvolvimento regional etc!

ISSO NÃO REFLETE UMA MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA?

Tânia: O processo de destruição dos mais fracos pode provocar melhor alocação de fatores do ponto de vista microeconômico. Mas isso não se repete automaticamente do ponto de vista macroeconômico, muito menos se tivermos como referência o processo de construção do país como um todo. A racionalidade empresarial microeconômica deve ser incentivada, mas dentro de objetivos estratégicos que são mais amplos que ela.

Há algum tempo, um jornalista americano perguntou ao primeiro-ministro japonês por que o Japão gasta quantias imensas subsidiando sua produção de arroz. Ele respondeu tranqüilamente: “Porque os japoneses comem arroz. Nossa segurança alimentar não se mede em dólares.” Ou seja, não deixar o país vulnerável no que diz respeito à alimentação básica é um objetivo estratégico do Estado japonês. Essa decisão impõe sua própria racionalidade, por cima da lógica microeconômica. A idéia de que a boa gerência do conjunto é a soma das lógicas microeconômicas é falsa. Nega a possibilidade de um país ter objetivos estratégicos.

Hoje, ninguém age em nome de um projeto de conjunto, ou da preservação de objetivos que sejam do país como um todo. É claro que existem pólos de coordenação, mas eles estão atomizados na esfera privada, pois o governo se nega a desempenhar o papel de coordenador. A indústria está aí e está se redefinindo. Logo, não se pode dizer que não haja uma política industrial. Ela existe, mas é a política dos grandes grupos nacionais e internacionais. Não há um agente que negocie com eles em nome da sociedade brasileira. Que diga, por exemplo: não vamos deixar desaparecer tais setores, por tais motivos. A Alemanha faz isso. Está segurando a ferro e fogo sua indústria têxtil, que não é competitiva diante dos asiáticos, porque não quer mais desemprego. A China faz. Abre seletivamente, negociando sua inserção no mercado globalizado taco a taco, levando em conta um problema gravíssimo: tem que modernizar sua agricultura sem despejar mais gente nas grandes cidades. Por isso, tem um enorme programa voltado para as cidades médias, onde a preocupação não é realizar integração competitiva nenhuma, mas sim gerar empregos.

Aqui, os próprios conceitos de pessoas, lugares e setores desapareceram no altar do conceito abstrato de mercado. Ora, a realidade é feita de pessoas, lugares e base produtiva instalada. Os economistas deixaram de ver isso.

O ESTADO, A SEU VER, NÃO DEVERIA SE AFASTAR TANTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA?

Tânia: Não é verdade que hoje o Estado esteja se afastando da economia. Ele continua muito presente, mas com outro papel. No período anterior, tínhamos um Estado superavitário, que patrocinava a acumulação produtiva. Hoje temos um Estado atolado no déficit financeiro, refém dos seus credores, que

aceita queimar tudo na fogueira do endividamento, pagando juros estratosféricos. Um Estado quebrado não pode ser desenvolvimentista. Ele se tornou o financiador da acumulação rentista, e não mais da acumulação produtiva.

O único gasto público que tem estabilidade constitucional é o ligado ao pagamento da dívida. A estabilidade dos servidores caiu, mas a dos credores, não. Quando o Congresso discute o Orçamento Geral da União, não pode alterar o item “serviço da dívida”. O Estado está presente, extraindo renda da maior parte da sociedade para premiar os rentistas, daqui e do exterior. Às custas do empobrecimento do país.

O processo tem sido muito rápido, o que caracteriza uma ruptura. Não é problema delegar certas atividades à iniciativa privada, privatizar empresas. Não me parece, por exemplo, que uma siderurgia pública tenha sentido, como teve nos anos 40. O problema é o Estado renunciar a ser um foco de articulação, submetendo-se completamente à lógica dos agentes privados. Quem vai buscar viabilizar os objetivos nacionais mais abrangentes?

QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DISSO PARA A QUESTÃO REGIONAL?

Tânia: A primeira consequência é que interrompemos o modesto movimento de desconcentração espacial da base produtiva brasileira. Há diversos estudiosos de economia regional (Campolina, Paulo Haddad, Leonardo Guimarães, entre outros) partilhando essa opinião. Campolina fala de uma reconcentração de Belo Horizonte para baixo, Haddad chama a atenção para a capacidade de arraste “para baixo” do Mercosul, e os dados do bndes sobre tendências dos investimentos privados a se realizarem até 2000 – cerca de R\$ 100 bilhões – comprovam isso (cerca de 2/3 deverão concentrar-

se no Sudeste, sendo quase 30% em São Paulo, com apenas 17% no Nordeste e 9,5% no Sul).

Além disso, a dinâmica regional do Brasil passou a ser trabalhada predominantemente pelos grupos econômicos, que olham apenas para o que lhes interessa, ou seja, os espaços dinâmicos. A ação do governo – através do programa Brasil em Ação, por exemplo – apenas reforça a mesma lógica. Todas as obras em curso pretendem dar acessibilidade aos pólos competitivos do Brasil, com o Estado indo atrás do setor privado. Ora, há imensos pedaços do Brasil que não são competitivos.

Isso está redesenhando, embora de outra forma, algo parecido com o velho “arquipélago”. A diferença é que não temos mais o mesmo recorte macrorregional. Partes do Rio Grande do Sul, por exemplo, não são competitivas, enquanto partes do Nordeste são. Eu estive na fronteira sul do Rio Grande do Sul no ano passado e vi uma tragédia. Ali, o quadro da agricultura familiar e da antiga base pecuária é desolador, enquanto os vales do Nordeste são competitivos. Mas se você andar alguns quilômetros para dentro e entrar no coração do semi-árido, a realidade é completamente outra, também desoladora. A seca volta, agora, a revelar ao país uma população em estado de fome aguda.

Vocês podem dizer: a base produtiva nessa região sempre foi atrasada. É verdade. Mas está sendo desmontada, sem que nada seja colocado no lugar. No caso de Pernambuco, quem está remontando alguma coisa é o narcotráfico, no chamado “polígono da maconha”. Em um estado pequeno, como o Rio Grande do Norte, Natal tem algum dinamismo, porque está dentro da faixa do turismo. Quando as grandes empresas hoteleiras do mundo olham para o Brasil, elas percebem o litoral do Nordeste. O Banco Mundial e os governos federal e estaduais atuam para apoiar suas decisões de investimento.

Mossoró também tem dinamismo, porque está bem perto do vale do Açu, e a Petrobras está lá. Mas se você anda cem quilômetros, encontra uma perplexidade geral. A pecuária e o algodão – na “tromba do elefante” rio-grandense-do-norte, no interior cearense, pernambucano e paraibano – acabaram e ninguém discute outra possibilidade de futuro. Quem está preocupado com o que vamos fazer do semi-árido, da fronteira gaúcha ou das grandes periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo? As grandes empresas globais, certamente não. E o Estado brasileiro, tributário dessas empresas, também não.

QUE NOVO DESENHO REGIONAL COMEÇA A APARECER?

Tânia: A abordagem macrorregional se tornou muito insuficiente. Cada grande região tem “pedaços” competitivos, e as regiões não estão mais descoladas umas das outras. As “ilhas” se espalharam, “ilhas” de excelência e “ilhas” de abandono. E as “ilhas” competitivas voltam a ter uma articulação predominante com o mercado externo, quebrando a lógica que comandou a modernização do Brasil neste século. O programa Brasil em Ação reforça a infra-estrutura do país na direção dos portos. Prioriza ligar os pedaços dinâmicos do Brasil ao mercado global. Para o resto do Brasil, nada. Isso nos fratura.

MAS, COMO VOCÊ MESMA RESSALTOU, ESSA FRATURA É ANTIGA...

Tânia: Era. Mas, apesar da concentração, havia uma tendência à integração. Hoje, a tendência é de ilhas dinâmicas e espaços deixados ao deus-dará, embora cheios de gente. Desconfio que rumamos na direção de uma “desintegração competitiva”. Nesse contexto, em vez de políticas regionais, passamos a ter a guerra fiscal. Vejam bem: antes, o Estado nacional definia seus programas de investimento, de incentivo.

Podemos criticá-los, mas eles tinham uma lógica, perseguiram certos resultados. Realizava-se uma coordenação pública. A guerra fiscal entre os estados é apenas a expressão do fato de que, agora, a coordenação do processo decisório foi delegada ao empresário privado. O Steinbruck, por exemplo, disse que poderá construir quatro usinas siderúrgicas no Nordeste, desde que algum governador arranque do governo federal a garantia de que a Petrobras lhe fornecerá gás pela metade do preço. Os governadores estão se digladiando para ver quem consegue isso. Quem “coordena” a decisão?

POR QUE OS EMPRESÁRIOS PASSAM A TER TANTA FORÇA NA NEGOCIAÇÃO COM AS AUTORIDADES PÚBLICAS?

Tânia: Os fatores locacionais de um investimento não mudam muito, dentro de um raio relativamente grande. Para as montadoras de automóveis interessadas no Mercosul, por exemplo, tanto faz colocar uma fábrica em Santa Catarina, no Paraná ou no Rio Grande do Sul. Os empresários mostram o projeto aos governadores e cada um dá mais que o outro. O estado “vencedor” chega a arcar com mais da metade do investimento, muito mais do que poderia suportar, e a empresa recebe mais do que precisa, ou do que seria razoável, pois não há coordenação pública do processo. Numa região como o Nordeste, isso se torna dramático, pois ninguém pode se dar ao luxo de perder nenhuma oportunidade. Os empresários passaram a comandar os governadores, e o coordenador federal, que era a Sudene, agoniza.

VOCÊ PODE RESUMIR A TRAJETÓRIA DA SUDENE?

Tânia: Ela acompanha a do Brasil. A Sudene nasce em um período de ebulição, no governo de Juscelino, com uma proposta inicial desenvolvimentista e reformista. O golpe

militar preserva a primeira característica, mas mutila desde logo a segunda, apostando, ali e em todo o país, em um desenvolvimentismo conservador. A proposta original, por exemplo, falava em reformas na Zona da Mata, mas a ação efetiva das políticas públicas (especialmente nos tempos do Proálcool) foi no sentido de fortalecer a cana. A reforma da estrutura fundiária, implícita no documento original, não saiu do papel. Isso se aplica inclusive à questão da colonização. O gtdn teve a coragem de dizer que havia gente demais no semi-árido do Nordeste, que é o mais densamente povoado entre os semi-áridos de todo o mundo. A estratégia original previa estabelecer pequenos produtores agrícolas na fronteira úmida da região, principalmente no Maranhão, para onde já se dirigia um fluxo natural de gente do Piauí e do Ceará. A idéia era reforçar esse fluxo, montando ali uma agricultura mercantil de alimentos, com base em propriedades de médio porte, para formar a retaguarda agrícola do processo de industrialização. Isso implicava fazer reformas no semi-árido e criar outro padrão fundiário nas áreas novas. Hoje, elas estão sendo ocupadas pela agricultura de grande propriedade, produtora de grãos de exportação.

Assim, no regime militar, a Sudene foi logo mutilada em sua face reformista, embora tenha mantido sua função desenvolvimentista, no contexto de uma estratégia geral essencialmente conservadora. Hoje, ela está simplesmente morrendo. É uma sombra do passado. Não tem função, nem tem sequer a quem se dirigir. Está subordinada ao secretário de Políticas Regionais, que é subordinado ao ministro do Planejamento, que por sua vez não tem interesse em políticas regionais de desenvolvimento. O secretário, por sua vez, era indicado pelo pmdb da Paraíba, cujo diretório não apoiou firmemente a reeleição do presidente. Com isso, ele foi demitido.

Os políticos que apoiaram Fernando Henrique acabam de indicar um representante seu. Tudo, como se sabe, em nome da modernidade...

O general Nilton [ex-superintendente da Sudene] acaba de se demitir. Ele impusera critérios ao Finor, tentando despolitizá-lo, para tratá-lo como se devem tratar recursos públicos. Além disso, defendia a manutenção do pagamento da parte financiada sob a forma de debêntures. Mas o ano é eleitoral. E a elite predatória e patrimonialista não quer pagar as debêntures, cujos recursos realimentariam o fundo, de modo a financiar outros projetos. Essa elite prefere “dar sua contribuição” e antecipar a morte do Finor, sem trocá-lo por nenhuma medida compensatória ou adicional para o Nordeste. O general-superintendente, sem apoio da “modernidade”, desistiu. O mais grave, porém, é o seguinte: o que pode fazer um órgão de política regional em um país que não quer ter política regional?

PODE-SE VER UMA NOVA TENDÊNCIA EM NÍVEL NACIONAL?

Tânia: A tendência é de que tenhamos dinâmicas regionais definidas crescentemente pelo “mercado”. Portanto, uma dinâmica seletiva, centrada nos focos de competitividade. Insisto na pergunta: quem cuida do que não é competitivo? Quem comanda a reestruturação? Quem pensa em objetivos gerais e estratégicos? Ninguém.

Não precisava ser assim. Políticas para regiões atrasadas são perfeitamente compatíveis com o processo de globalização. O Estado nacional da China tem políticas regionais e sub-regionais explícitas. A União Européia também. Atuando a partir de um nível supranacional, tem vários fundos regionais. O mercado não se preocupa com as áreas não competitivas, mas a União Européia – ou seja, a articulação pública –

se preocupa. Elas não estão sendo abandonadas, mas reestruturadas, como ocorre com o Norte vinícola de Portugal. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional está atuando pesadamente lá.

Vejam bem: é uma instância de coordenação supranacional com políticas sub-regionais, pensando os espaços não competitivos da futura União Européia. A Alemanha tem, dentro do país, muitas políticas sub-regionais, fortalecidas depois da incorporação da antiga Alemanha Oriental. Eles estão fazendo na Alemanha Oriental o que a Sudene começou a fazer no Sudeste nos anos 50: estão nivelando a região, em termos de dotação de fatores de competitividade. Os Estados Unidos também estão cheios de políticas regionais. Não é porque tem globalização que essas políticas não podem existir. Esta é uma opção das elites brasileiras.

VOCÊ VÊ, ENTÃO, UMA TENDÊNCIA AO AUMENTO DA DESIGUALDADE...

Tânia: Quando eu olho para daqui a dez anos, vejo que teremos um país mais desigual do que aquele que estávamos construindo. O processo de construção era muito excludente, mas tinha tendências, em alguns aspectos, integradoras. Hoje, elas são muito mais desintegradoras. O Nordeste terá suas próprias ilhas dinâmicas, pois todas as instituições trabalham nelas, e só nelas: os empresários, o governo federal, o Banco Mundial. Todos trabalham em grãos e fruticultura para exportação, turismo internacional e, no caso do Banco Mundial, software. Todos trabalham os mesmos agentes, muitas vezes de forma pouco inteligente. Um grande grupo hoteleiro chega no Nordeste e só vê as praias. Não sabe que logo ali atrás tem um artesanato fantástico, um conjunto único de manifestações culturais ricas e muito diversas. Mar tem em

outros lugares, mas mar junto com aquela cultura só tem ali. A Grécia, a Itália, a Espanha sabem disso, e por isso seu turismo é consistente. Não há duas Grécias, nem duas Itálias, nem duas Espanhas. No Nordeste poderia ser a mesma coisa.

Ninguém trabalha fora das áreas competitivas. Para o “projeto” hoje hegemônico, o semi-árido não existe. Só 5% dele interessam (onde se pode fazer fruticultura irrigada). A Zona da Mata foi abandonada. As usinas estão fechando, uma atrás da outra. E os agentes públicos lavam as mãos. Nenhum deles diz: “A crise é uma hora boa para refazer, reestruturar, em tal direção.” Na crise, o agente público tem mais força diante de oligarquias enfraquecidas. Mas os próprios usineiros se sentem órfãos. Não têm sequer a quem se dirigir. O cacau é outra região do Nordeste que está em desestruturação, quando deveria estar em reestruturação, como o Norte de Portugal.

Todos os esforços confluem para áreas e setores restritos, com o agravante de que o cenário é de baixo dinamismo – pois a taxa de crescimento diminuiu muito –, o que aumenta ainda mais a seletividade. Nesse caminho, pedaços de Brasil vão sobrando.

COMO PODERÍAMOS FAZER FRENTE A ESSA HETEROGENEIDADE DO BRASIL?

Tânia: Ela não é um problema, é um potencial. Creio que os paulistas têm mais dificuldades para perceber isso e, entre eles, especialmente, os economistas, que trabalham muito com médias e com uma noção abstrata de espaço. No Brasil, média não quer dizer nada, porque os desvios-padrão são sempre muito altos. São Paulo representa praticamente a metade da nossa economia, mas a outra metade é de uma pluralidade fantástica. Os gaúchos, os nordestinos, os nortistas, os goianos,

percebem isso com mais nitidez, porque não estão no núcleo hegemônico, que é mais homogêneo.

Vejam que país diferenciado nós somos: temos áreas competitivas, áreas em processo de reestruturação incipiente, áreas em degradação e áreas a conquistar. Temos uma diferenciação geoambiental, cultural, econômica, magnífica. Deveríamos valorizar o esforço de coordenação, com estratégias para todas elas, definindo políticas explícitas que dessem conta dessas diferenças.

DE QUE FORMA DEVEMOS PENSAR A DINÂMICA ESPACIAL BRASILEIRA ATUAL?

Tânia: Como eu disse, o corte macrorregional se tornou insuficiente. Seriam necessários cortes mais finos. Sudeste já não diz muito, pois também ali existem áreas dramáticas. Quando entramos em certas áreas do Sudeste, parece que estamos vendo a imagem tradicional do Nordeste, e vice-versa. Não faz mais sentido dizer: “O Sudeste vai bem, o Nordeste vai mal.” A partir desses cortes finos, fóruns de coordenação precisam definir objetivos comuns, negociados, que nos levem a uma trajetória desejada por nós, e não a uma trajetória em que vamos a reboque de agentes cuja lógica decisória é a do interesse individual.

VOCÊ VÊ ALGUMA INSTITUIÇÃO BRASILEIRA AGINDO A PARTIR DESSE ENFOQUE?

Tânia: Instituição pública, não. Hoje, para fazer política regional, eu me inspiraria na forma como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trabalha. Eles dão conta da heterogeneidade do Brasil. Têm um objetivo claro – uma reforma agrária exitosa – e trabalham com uma organização “em matriz”. No futuro que desejam, o Brasil daqui a

vinte anos estará pontilhado com milhares de assentamentos consolidados. Na linha da matriz, colocam os diversos componentes que permitirão que isso aconteça. O primeiro, é claro, é conquistar a terra. Logo, eles têm uma política de ocupação; depois, começa a fase de assentamento; em seguida, entram com políticas de educação, saúde, crédito, infraestrutura, tecnologia. O somatório disso resulta, no tempo, em um assentamento exitoso. Então, nas linhas da matriz eles têm políticas setoriais. Mas, nas colunas, trabalham a heterogeneidade do Brasil, através da dimensão espacial, estruturando um sistema de coordenações regionais e locais e tendo uma coordenação nacional. Eles sabem que a política para a Zona da Mata de Pernambuco não pode ser a mesma para Petrolina. Valorizam a realidade específica, através de uma rede de grupos locais de coordenação que funciona de forma espacializada, congregando-se sucessivamente até chegar à coordenação nacional.

Vejam bem, eles não são o Estado, mas um movimento social que trabalha com grande carência de recursos. Mas conseguem fazer o que o Estado não faz: dão conta da heterogeneidade do país. Têm macropolíticas, mas também têm uma análise fina de cada lugar. Têm uma política nacional regionalizada (para ocupar, para educar, para estimular a produção etc.). Sabem que a política educacional não pode ser a mesma do Oiapoque ao Chuí. Vêm e valorizam essa diversidade como um potencial, e não como um problema. Por isso, estão no caminho certo. Percebem, claramente, o que as nossas elites dirigentes não perceberam em nenhuma das três fases das quais falamos: a diversidade do Brasil não é um problema, mas uma vantagem. Só que ela não cabe em modelos centralizados, concentradores, excludentes (para esses modelos é que a diversidade é problemática).

Para construir modelos descentralizados e coordenados, e projetos includentes, como o do MST, a diversidade maravilhosa do Brasil é uma enorme vantagem. Por isso, esse e outros movimentos sociais são parte da energia construtiva presente na sociedade, que não está perdida. O Estado e as elites conservadoras, por cima, desmontam as coisas. A sociedade vai por baixo e as remonta. Este país é fantástico. Por isso, tem futuro.

Entrevista publicada no Jornal dos Economistas nº 108, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

SERÁ PRECISO REFUNDAR O BRASIL

Emir Sader

Emir Sader é formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, onde defendeu teses de mestrado em Filosofia Política e de doutorado em Ciência Política. Atual presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), leciona também no Departamento de Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social da UERJ, onde coordena o Programa de Estudos da América Latina e Caribe (Proealc). Publicou, entre outros livros, Estado e política em Marx (Cortez), A transição no Brasil – da ditadura à democracia? (Atual), O poder, cadê o poder? (Boitempo) e O anjo torto – esquerda (e direita) no Brasil (Brasiliense). Nesta entrevista, Emir mostra-se decepcionado com os rumos contemporâneos da América Latina e fala na possibilidade de que estejamos nos encaminhando para uma crise grave: “Em futuro não muito longínquo, nossa sociedade terá que ser repensada amplamente.”

NOS ÚLTIMOS ANOS, O ESTADO BRASILEIRO TEM PERMANECIDO NA BERLINDA, TRATADO COMO O CENTRO DA CRISE. COMO VOCÊ VÊ ISSO?

Emir: Não me parece errado tomar a crise do Estado como eixo central da problemática brasileira, desde que consideremos essa crise como a ponta de um *iceberg*. Afinal, para o bem ou para o mal, o Estado cumpre funções decisivas. No

plano interno, deve prover serviços essenciais, estimular a cidadania, apontar metas, propor caminhos para alcançá-las e incentivar soluções, inclusive de natureza econômica, que se contraponham à tendência à fragmentação da sociedade. No plano externo, é um agente insubstituível para garantir a “cidadania” do país no cenário internacional; deve construir alianças internacionais, lançando mão de políticas ativas e renovadoras capazes de redefinir, para melhor, nossa inserção no mundo.

O Estado também é importante como um instrumento de democratização da sociedade. Para isso, ele deve constituir-se como um poder que nega a si mesmo, estimulando a crescente socialização da política e o desenvolvimento de uma esfera pública não estatal, tão poderosa quanto possível. Portanto, reafirmar a importância do Estado não se confunde com uma nostalgia do Estado tradicional. Devidamente renovado, ele pode vir a recriar relações sociais e incentivar formas de vida mais solidárias. É do futuro que estamos falando.

VAMOS INSISTIR NA PERGUNTA: POR QUE A CRISE DO ESTADO É TÃO IMPORTANTE?

Emir: Porque o Estado brasileiro deixou de cumprir praticamente todas as suas funções. Os fios da meada podem ser puxados a partir dele, pois sua crise sintetiza, condensa e amplifica a crise da sociedade.

VOCÊ SE REFERIU À NECESSIDADE DE FORTALECER UMA ESFERA PÚBLICA NÃO ESTATAL. O QUE É, EXATAMENTE, ISSO?

Emir: Temos hoje, pelo menos, três exemplos relativamente exitosos de criação dessa esfera pública no Brasil: o orçamento participativo, cuja experiência mais desenvolvida está em Porto Alegre; a TV Cultura de São Paulo, uma fundação de

direito público, mas cuja programação não é feita pelo governo e que consegue furar parcialmente o monopólio do capital privado sobre a rede de comunicação de massas; e a organização dos assentamentos de reforma agrária, espalhados pelo país, sob a responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); muitos deles são casos notáveis de êxito, inclusive econômico. Todas essas iniciativas mantêm alguma forma de relação com o Estado, mas não são engolidas por ele. Preserva-se, em cada uma, a participação societária e, portanto, o caráter público. Lamentavelmente, esses exemplos são exceções.

POR QUE ESSAS INICIATIVAS NÃO SE MULTIPLICAM?

Emir: As políticas vigentes nos últimos anos visam, acima de tudo, a desregulamentar a vida econômica e social da forma mais ampla possível. O Estado deixa de exercer seus papéis ligados à regulação e ao planejamento. Com isso, a própria democracia tende ao colapso, pois a sociedade deixa de ter instrumentos para implementar decisões de caráter coletivo. Temos assistido a uma imensa expropriação das condições mínimas necessárias para que a sociedade decida seus destinos.

PODE-SE FALAR EM UMA CRISE NA DEMOCRACIA?

Emir: O debate sobre a democracia, que foi muito intenso nos anos 80, tornou-se uma caricatura de si mesmo. Hoje só se discute como economizar, cada vez mais, nos gastos sociais e como cassar direitos remanescentes. A problemática da democratização substantiva desapareceu, e com ela a dimensão especificamente política do Estado. Canonizamos sistemas falidos de representação, impermeáveis à sociedade, mas permeados pela corrupção e a ação do poder econômico. Acei-

tamos considerá-los como modelos institucionais acabados e imutáveis. É um grande engodo. Temos pela frente a tarefa de refundar o Estado, e isso só pode ser feito a partir de uma pergunta elementar: de que tipo de Estado a sociedade brasileira necessita?

ESTE NÃO É UM PROBLEMA MUNDIAL?

Emir: Com certeza, é um problema da América Latina como um todo. Os ideais democráticos foram mais fortes na década de 1980 do que na atual. Também nesse espaço mais amplo, a crise dos Estados é um reflexo de um enfraquecimento mais geral, que atinge todo o continente.

COMO VOCÊ CARACTERIZA ESSE ENFRAQUECIMENTO?

Emir: Conquistamos a independência no século XIX, mas confirmamos nele a nossa condição periférica. O século XX, por sua vez, começou para nós com a Revolução Mexicana e teve mais um grande acontecimento político com a Revolução Cubana. O continente conheceu outros fenômenos importantes, embora de menor envergadura histórica, como o peronismo e o varguismo. Esteve na área vencedora das duas grandes guerras, não foi recolonizado (como a África e a Ásia) e tampouco teve qualquer conflito interno de maiores dimensões.

Mesmo assim, a América Latina está terminando muito mal o século XX. Desde a crise da dívida externa, está estagnada e vem perdendo importância. Hoje, só se olha para cá com perguntas do tipo: “Será que o México vai explodir? Será que a bola da vez é a Argentina? Será que o Brasil aguenta um pouco mais?” Nenhuma experiência em curso pode falar de um futuro em construção com um mínimo de legitimidade e autenticidade. Estamos diante de uma tragédia continental.

VOCÊ PODE DAR EXEMPLOS DISSO?

Emir: Há países, como o Haiti, que mergulharam em impasses aparentemente irremovíveis. No México, as eleições rendem matérias fartas para as páginas policiais dos jornais. O governo da Colômbia não consegue governar. A tensão institucional na Venezuela é clara. O Peru vive sob ditadura. No Equador, pela segunda vez consecutiva, um presidente eleito pelo voto popular experimenta, depois da posse, grande instabilidade. No Chile, a herança da ditadura é explícita dentro das instituições, a começar pelo mandato vitalício do general Pinochet como senador. A Argentina abandonou sua moeda e abdicou de qualquer projeto próprio. No Brasil, o presidente Fernando Henrique governa através de medidas provisórias, num ritmo que faria inveja ao general Castello Branco.

O desastre das últimas décadas culminou com dois golpes recentes, muito duros: a associação formal entre o México e os Estados Unidos, e a assinatura do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. As grandes economias do continente formalizaram sua incapacidade de exercer qualquer tipo de liderança regional. E a profunda recessão que se anuncia no Brasil contribui para diminuir qualquer perspectiva de mudança.

QUAIS SÃO OS ESPAÇOS INTERNACIONAIS DE MANOBRA PARA O CONTINENTE?

Emir: Eles se estreitaram com a desarticulação, em todo o mundo, dos movimentos de tipo terceiro-mundista, como o dos países não alinhados. A América Latina não consegue articular-se sequer com países do porte da China, da Índia e da África do Sul. Com a óbvia exceção de Fidel Castro, muito isolado, nenhum líder continental se opõe a nenhum aspecto

da política norte-americana. Clinton ficou quatro anos sem pisar no continente e todos permaneceram totalmente submetidos. Creio que é uma situação inédita. Em outras épocas, sempre houve algum grau de contestação e busca de caminhos próprios.

QUE PAPEL A EUROPA PODE DESEMPENHAR NISSO?

Emir: A União Européia surge em um contexto de recessão na própria Europa e de colapso nos chamados mercados emergentes. Depois da pancada provocada pela moratória russa, os europeus querem distância desse tipo de crise. Pedem apenas que não criemos mais problemas.

COMO O MERCOSUL SE INSERE NESSE CONTEXTO?

Emir: Poderíamos pensar em fazer do Mercosul uma alavanca para a nossa recuperação, mas ele tem uma bomba de tempo retardado embutida em si, na forma de políticas cambiais totalmente desconstruídas, praticadas pelos dois grandes parceiros dessa iniciativa. A Argentina acena com a possibilidade de construirmos uma moeda única, mas faz isso, claramente, dentro de uma perspectiva de transitarmos juntos para a dolarização. Chego a pensar que o Mercosul pôde caminhar, nos últimos anos, por causa da crise mexicana de 1994, que manteve os Estados Unidos ocupados. Agora o tempo parece correr contra ele.

QUE ALTERNATIVAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO CONTINENTE?

Emir: Lamentavelmente, temos na América Latina dois modelos básicos de oposição ao modelo liberal. O primeiro é o da Aliança Democrática argentina, que pretende tornar definitivas as características centrais do modelo, obter legitimidade diante das elites e acenar com algumas políticas sociais.

O segundo é o do atual presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que pelo menos faz uma condenação global ao papel das elites e fala em alterar as relações do Estado com a cidadania. Mas não configura uma opção clara.

VOLTEMOS AO BRASIL. OS IMPASSES DE NATUREZA ECONÔMICA, SOCIAL E ESTRATÉGICA CONTINUAM PELO MENOS TÃO GRANDES, SE NÃO MAIORES, QUE OS DE VINTE ANOS ATRÁS. A REDEMOCRATIZAÇÃO FALHOU?

Emir: A esquerda entrou despreparada na luta política da década de 1980. Acreditou que a redemocratização criaria um contexto em que os outros grandes problemas da sociedade seriam naturalmente resolvidos. Com isso, limitou-se a incorporar componentes sociais em uma democracia cuja concepção básica era liberal. Outros aspectos fundamentais da realidade brasileira – o esgotamento de um modelo de acumulação, a crise do Estado, etc. – foram subestimados.

Essas dificuldades se tornaram maiores porque a esquerda deixou de pensar o Brasil como uma sociedade capitalista, submetida às vicissitudes dos processos de acumulação de capital, sujeita a relações internacionais profundamente enraizadas na história, portadora de uma certa estrutura de classes, e assim por diante. O abandono desses marcos analíticos, típicos do marxismo, facilitou a aceitação dos limites contidos no pensamento liberal. Atribuiu-se a “novos movimentos sociais”, definidos de forma muito genérica, a tarefa de constituir uma nova hegemonia. Assim, a esquerda perdeu os fios condutores da crise brasileira. Com o relativo insucesso do movimento pelas “diretas já” e a confirmação do colégio eleitoral como fórum legítimo de solução da crise da primeira metade dos anos 80, as possibilidades de reforma social foram castradas, centrando-se toda a energia na carcaça da

institucionalidade política. Os processos político e social se desarticularam, exatamente como pretendia a elite brasileira.

QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DISSO?

Emir: A direita ganhou tempo para se rearticular; atacou firmemente a Constituição de 1988, até conseguir desfigurá-la, e levantou bandeiras políticas e econômicas de fundo. A esquerda, por sua vez, tornou-se incapaz de propor uma visão de conjunto, que se baseasse em uma descrição da nossa trajetória e apresentasse uma avaliação dos caminhos possíveis a serem trilhados, em termos estratégicos. Com o tempo, restaram duas bandeiras muito limitadas, repetidas à exaustão até hoje: justiça social e ética na política, tão caras ao PT.

A partir de uma base tão frágil, as duas esferas de atuação da esquerda se desarticularam. Parte dela foi tragada por uma institucionalidade que oferece espaços muito limitados para a ação transformadora, e parte se agarrou a movimentos sociais que tendem à radicalização pura e simples, sem articularem um projeto nacional que tenha capacidade de disputar a hegemonia na sociedade como um todo.

AS CRESCENTES DIFICULDADES DO MODELO NEOLIBERAL NÃO MODIFICAM ESSE QUADRO?

Emir: Não devemos subestimar a força do pensamento dominante. Ele se mantém hegemônico na formação de opinião, embora sua hegemonia se baseie na passividade, e não no entusiasmo ou na mobilização. O avanço eleitoral da esquerda foi pequeno e se deu em contextos que não ameaçavam a estabilidade da moeda, que continua a ser o grande espantalho acenado pelos conservadores. Foi mais fácil votar no Olívio Dutra e no Itamar Franco – embora os dois tenham tido vitórias apertadas – do que no Lula.

É verdade, no entanto, que os liberais perderam a capacidade de prometer o futuro. Passaram a prometer um retorno ao passado recente. No melhor dos casos, se toda o purgante recessivo for digerido, retornaremos à situação de anteontem. Mesmo nesse novo contexto, a esquerda mantém um silêncio quase absoluto sobre os destinos estratégicos do país. É uma pena. Creio que há espaços significativos, na sociedade, para propor um projeto alternativo.

POR QUE PREVALECE UMA CERTA PASSIVIDADE NA SOCIEDADE?

Emir: A crise atingiu fortemente as iniciativas coletivas e as organizações que as encarnam, como partidos, sindicatos e associações de todo tipo. O movimento sindical, por exemplo, salvo uma ou outra exceção, assumiu de vez um caráter corporativo. Na melhor das hipóteses, defende os interesses de sua própria base, em um contexto marcado pelo aperto geral.

Por outro lado, em nossa sociedade, os meios de comunicação conquistaram uma espécie de poder de veto sobre os processos políticos, sociais e culturais: o que esses meios não repercutem, na prática, é como se não existisse, pois não desenvolve capacidade multiplicadora.

QUE PAPEL OS INTELLECTUAIS ESTÃO CUMPRINDO?

Emir: Se eles forem consultados um a um, a maioria dirá que se opõe ao que aí está. Mas, como regra, perderam a capacidade crítica e de intervenção, ou porque se sentem moralmente desmoralizados, ou porque passaram a acreditar que as grandes narrativas perderam o sentido. Praticamente não se fazem mais análises abrangentes, muitas das quais se demonstraram tão fecundas no passado. Mais recentemente isso começou a ser revertido, ainda de forma limitada, com o res-

surgimento de uma literatura que busca construir sínteses mais poderosas, do ponto de vista analítico. No cenário internacional, ganharam maior visibilidade os trabalhos de Giovanni Arrighi, Robert Brenner e François Chesnais, entre outros. No Brasil, também começam a surgir textos que retomam o fio da meada, voltam a nos conectar com o nosso passado, contextualizam o presente e falam do campo de possibilidades, nem sempre visível a olho nu, que está inscrito nele. Esse é um papel central da intelectualidade. É sua maior contribuição para a construção de novas identidades coletivas que possam moldar uma vontade nacional. Creio que o sucesso do livro *A opção brasileira*, completamente ignorado pela mídia, se deve à ousadia de recolocar essas questões abrangentes.

HÁ UMA DEMANDA NESSE SENTIDO?

Emir: Creio que sim, mas desatendida. A reunião da Anpocs, por exemplo, é um grande retrato do que se produz no Brasil em ciências sociais. Ela mostra uma enorme fragmentação, com um fortíssimo estreitamento da moldura intelectual em que os trabalhos se realizam. Quase não há temáticas gerais. As comunicações são escritas estritamente para os pares e para os órgãos financiadores, que impõem modelos e temas bem definidos. O nível das análises é muito bom, mas elas não têm capacidade de se desdobrar em uma convocação da sociedade, pois não apontam com clareza os grandes desafios do Brasil.

A ESQUERDA PODE APRESENTAR UM MODELO ALTERNATIVO?

Emir: Mais do que uma política econômica, ela precisa apontar um projeto para o país. Esse projeto começa, neces-

sariamente, pela retomada de certas idéias gerais, como a de construir uma sociedade que valorize a solidariedade, por exemplo. Se não partirmos de um novo imaginário, continuaremos a responder a iniciativas do governo, no terreno de debate que ele mesmo define.

A esquerda brasileira sofreu muitos reveses, e o impulso histórico inicial do PT, sem dúvida, se esgotou. Mas, ao contrário de outros países, como a Argentina e o Chile, não tivemos aqui uma derrota esmagadora, capaz de desarticular por muito tempo, inapelavelmente, as forças populares. Mantivemos uma esquerda relativamente forte, embora ainda sem potencial para disputar a hegemonia.

EM ALGUM LUGAR DO MUNDO VOCÊ CONSTATA SINAIS DE MUDANÇA?

Emir: Na Europa se percebe uma rearticulação da resistência às políticas liberais, principalmente a partir do impulso dado com a luta pela jornada semanal de 35 horas de trabalho. Como a maioria da população economicamente ativa do continente está no mercado formal, essa luta adquire grande centralidade, inclusive no contexto de propostas para a geração de novos postos de trabalho. Ela ajuda a retirar as políticas de ajuste fiscal do centro da agenda, colocando uma nova pauta para o debate.

VOLTANDO A PENSAR NO BRASIL, QUE BALANÇO VOCÊ FAZ DESTA DÉCADA QUE ESTÁ TERMINANDO?

Emir: Do ponto de vista da nova configuração da sociedade brasileira, a década de 1990 (e, dentro dela, com destaque, os governos de Fernando Henrique Cardoso) nos deixará três grandes heranças. A primeira: a desarticulação – mais do que isso, a deslegitimação – das políticas sociais, colocadas sob

suspeita pelos que promovem um perverso enxugamento do Estado; temos um déficit social vergonhoso e só se fala no déficit público, mesmo assim omitindo-se sua origem financeira. A segunda: a informalização das relações de trabalho, com a dramática multiplicação do número de pessoas que deixou de ter qualquer contrato de direitos e deveres para com a sociedade. A terceira: numa conjuntura internacional difícil, de contração no ritmo global de crescimento e de intensificação das disputas comerciais e estratégicas, o Brasil entregou-se ao FMI, assinando um acordo cheio de consequências, num momento em que a opinião internacional se inclinava contra as políticas desse organismo; a correlação de forças não nos obrigava a isso. Deveríamos tentar realizar um plebiscito sobre o acordo do Brasil com o FMI. É muito difícil levar essa idéia até o fim, mas ela poderia ajudar as oposições a retomar a iniciativa. No mínimo, elas seriam forçadas a desenvolver uma pedagogia mais eficaz para explicar a milhões de pessoas o que o processo econômico mais geral tem a ver com a vida de cada um.

QUE FUTURO NOS ESPERA?

Emir: Essas três heranças nos colocam no rumo de uma crise societária. Em futuro não muito longínquo, nossa sociedade terá que ser repensada amplamente, terá que ser refundada.

Entrevista publicada no Jornal dos Economistas n° 119, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

A ALTERNATIVA SOCIALISTA RESSURGIRÁ

Teothônio dos Santos

A Unesco está publicando o livro Os desafios da globalização, organizado por Francisco López Segre, em homenagem aos sessenta anos de Theotônio dos Santos. É uma justa homenagem. Participante ativo dos debates sobre os destinos do Brasil, da América Latina e do Terceiro Mundo desde o início dos anos 60, Teothônio tem atrás de si uma longa trajetória intelectual e militante: graduado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor pela Universidade do Chile, recebeu o título de notório saber em Economia pelas universidades federais de Minas Gerais e Fluminense, onde atualmente coordena o Mestrado em Economia. Sua atividade militante o conduziu ao exílio em 1966. Viveu no Chile, onde dirigiu o Centro de Estudos Socioeconômicos, e no México, onde coordenou o doutorado em Economia da Universidade Autónoma. Autor de uma vasta obra, publicou nos últimos anos, pela Editora Vozes, Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável (1994) e A evolução histórica do Brasil (1996). Nesta entrevista, Teothônio dá um testemunho precioso sobre a evolução do debate entre os estudiosos da dependência na América Latina, dos anos 60 até hoje, e avalia o papel do governo de Fernando Henrique Cardoso.

QUAL SEU PRINCIPAL OBJETO DE ESTUDO HOJE?

Theotônio dos Santos: Minha preocupação central está voltada para desenvolver uma capacidade analítica que per-

mita ligar o desenvolvimento das conjunturas a processos de natureza mais estrutural, que formam a moldura dos grandes movimentos da história. É preciso compreender o longo processo através do qual o capitalismo se transformou no único sistema mundial, que englobou em si a alternativa socialista, tal como ela foi tentada, bem como as formas pré-capitalistas que ainda sobrevivem. Essa problemática desdobra as análises sobre a dependência, de que participei a partir, principalmente, da década de 1960. Ela é o núcleo do meu esforço atual para criar uma rede de estudos sobre economia global e desenvolvimento sustentável, com o apoio da Unesco e da Universidade das Nações Unidas. Em setembro próximo, faremos uma reunião internacional no Rio de Janeiro sobre a dinâmica da globalização.

QUE INOVAÇÕES ESTIVERAM PRESENTES NA ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA NESSA ÉPOCA?

Theotônio: O desenvolvimento era o grande problema sobre o qual todos nos debruçávamos, desde gerações de intelectuais anteriores à minha. A teoria da dependência – uso aqui a expressão em seu sentido mais amplo – inovou ao evitar tratar essa problemática com base em dicotomias como atraso *versus* desenvolvimento, barbárie *versus* civilização, particularismo *versus* universalismo, tradição *versus* modernidade. Até então, boa parte da ciência social resumia o problema do desenvolvimento à necessidade de se alcançar um certo padrão econômico, basicamente centrado na indústria e nos produtos de consumo a ela associados. Os países precisariam “entrar” na modernidade, adotando e/ou generalizando comportamentos considerados racionais – ou seja, típicos do capitalismo –, no lugar de comportamentos tradicionais.

Nós dizíamos que esta não era uma forma correta de entender o problema, pois os países subdesenvolvidos não podiam ser caracterizados como pré-capitalistas. Sua trajetória nunca fora externa ao sistema mundial capitalista. Ao contrário: haviam cumprido um papel importante na evolução do capitalismo moderno, do qual faziam parte essencial desde o século XVI. Muitos desses países, aliás – e o caso da América Latina era o mais claro de todos –, haviam sido formados em função desse sistema e no seu interior. Depois do Descobrimento, todo o continente fora avassalado e reestruturado para servir ao mercado europeu. O problema não era, portanto, introduzi-lo no capitalismo. Assim, era preciso repensar tanto as origens históricas do fenômeno do subdesenvolvimento quanto as possibilidades reais que esses países tinham diante de si para o futuro.

É claro que não fomos os primeiros a perceber isso. Apenas desenvolvemos esse enfoque, tentando extrair todas as suas conseqüências teóricas e metodológicas. A própria situação política latino-americana e mundial estava exigindo isso. Pois, nesse momento, vivíamos um processo crescentemente radicalizado de lutas democráticas e sociais, que desembocara alguns anos antes na Revolução Cubana.

COMO VOCÊ VÊ O PENSAMENTO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), QUE É CRONOLOGICAMENTE ANTERIOR?

Theotônio: Para responder, permitam-me uma pequena digressão. As duas guerras mundiais deste século demarcam um período de prolongada crise e desestruturação do sistema mundial. Elementos-chaves do sistema foram abalados, sem que se enxergassem desde logo caminhos de reestruturação. A própria hegemonia internacional, durante certo tempo, ficou

sujeita a uma disputa aguda. Isso permitiu que burguesias locais emergissem, com mais força, em diversas partes do mundo e começassem a aspirar a uma perspectiva própria dentro do sistema mundial.

Com a reestruturação do sistema depois da Segunda Guerra, em torno da hegemonia americana, as condições mudam. Logo fica claro que uma revolução técnica profunda se havia produzido e que condições novas e mais duras de competição estavam ressurgindo. Apesar de as nossas burguesias já terem acumulado muito mais poder do que em qualquer outra época, a base industrial ainda era muito precária para que sonhássemos em reproduzir aqui o processo de desenvolvimento que marcara a trajetória dos países mais ricos. O sistema mundial voltava a impor uma competição que exigia respostas baseadas em uma perspectiva sistêmica sofisticada. Na América Latina, isso conduziu à formação de um pensamento social, em torno da Cepal, muito mais elaborado do que tudo o que houvera antes.

A sistematização feita pela Cepal teve grandes méritos, pois desenvolveu temas até então tratados de forma esporádica, como o das relações de troca e o da industrialização, e introduziu elementos novos. O próprio conceito de centro e periferia, que no começo era quase intuitivo, foi dotado de consistência teórica e de base empírica, permitindo que se tirassem dele conseqüências de longo alcance.

E OS LIMITES DESSE PENSAMENTO?

Theotônio: A Cepal foi muito longe, mas sua perspectiva de classe, ligada àquelas burguesias nacionais a que me referi, impôs limites à sua reflexão. Para ela, não se tratava de opor, a um modo de produção existente, outro modo de produção, mas sim de fazer com que países que estavam atrasados con-

seguissem redefinir as bases de sua integração no sistema existente. Acreditava-se em uma relação muito íntima, quase mecânica, entre desenvolvimento da indústria, da democracia e do Estado nacional. Desenvolvendo-se a indústria, ela iria arrumando o resto à sua volta.

Isso pressupunha um papel histórico chave para as burguesias nacionais, cuja fragilidade, no entanto, não podia passar despercebida. Nos intensos debates dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por exemplo, Guerreiro Ramos assumiu esse ponto de vista de forma sistemática, por um viés mais sociológico. Ele dizia, enfaticamente: “Nossa burguesia industrial não está assumindo o seu papel histórico, que é constituir a nação! Temos que pegá-la pela goela, agarrá-la e obrigá-la a assumir a vanguarda desta luta.” O Partido Comunista, de outra maneira, também dizia isso: a classe operária quase forçaria a burguesia nacional a assumir o papel que lhe cabia.

PARA ONDE APONTOU O PROSSEGUIMENTO DESSA REFLEXÃO?

Theotônio: Vimos como era insuficiente limitar o problema do desenvolvimento a maneiras de conseguir os meios técnicos para fazer o que americanos e europeus haviam feito antes de nós. No sistema mundial em que estávamos inseridos, não havia lugar para que os países novos refizessem o processo que havia sido vivido pelos países pioneiros. A emergência de novos centros pressupunha um conflito com os centros consolidados. Não estávamos preparados para isso.

Por outro lado, a evolução dos acontecimentos, já nos anos 60, mostrou que toda essa questão tinha uma dimensão muito maior do que se pensava. Foi ficando claro que, para in-

gressar em outra fase de desenvolvimento, dependíamos de mudanças que poderiam questionar a hegemonia da burguesia e abalar o próprio sistema econômico. O caso de Cuba acirrou o debate sobre a possibilidade ou não de haver um desenvolvimento nacional e democrático, na América Latina, dentro do capitalismo. Como se sabe, muitas revoluções e movimentos revolucionários ocorreram no continente desde o início do século, e tais experiências haviam mostrado que o movimento transformador não se sustentava se não se radicalizasse. A liderança cubana compreendeu isso, e sua ação teve grande impacto. Saber se a dinâmica assumida pela Revolução Cubana era específica desse país ou inerente a qualquer processo de transformação das nossas sociedades foi um tema que nos dividiu bastante.

EM QUE SENTIDO VOCÊ SE REFERE À DESCOBERTA DE QUE A QUESTÃO TINHA UMA DIMENSÃO MAIOR DO QUE A INICIALMENTE PERCEBIDA?

Theotônio: Em certo momento, ficou claro que os processos em curso no continente impactavam a ordem internacional numa escala até então não pensada. O momento mais dramático da história contemporânea, aquele em que estivemos mais próximos de uma guerra nuclear, foi o da crise dos mísseis, em 1962, que na América Latina envolvia diretamente apenas Cuba, um pequeno país. Ora, discutiam-se projetos que, potencialmente, tinham abrangência continental. Portanto, poderiam gerar crises muito mais graves. Ficamos impressionados com a percepção de que nosso debate e as ações dele resultantes poderiam ter conseqüências muito maiores do que aquelas que os protagonistas reconheciam até então. A onda revolucionária do após-guerra exigia profundas mudanças políticas mundiais, que ainda continuam pendentes.

Exigia também uma profunda revisão do paradigma científico, valorativo e civilizacional próprio do sistema capitalista mundial.

OLHANDO RETROSPECTIVAMENTE, NÃO PODEMOS CONSTATAR QUE A IDÉIA DE REVOLUÇÃO ERA VISIONÁRIA?

Theotônio: Esta idéia tinha um trânsito muito fácil na época. E não era uma miragem. A questão da revolução estava, de fato, colocada na América Latina de então. Por isso, aliás, a resposta do sistema mundial foi fortíssima. Gastaram-se muitos recursos humanos e materiais para conter esse processo. A doutrina da contra-insurreição se tornou o pano de fundo que passou a organizar a ação dos Estados Unidos no continente, em todos os terrenos. O próprio desenvolvimento passou a ser visto como um meio para enfraquecer as tendências revolucionárias. Isso conduziu, como se sabe, a um novo papel dos militares, considerados pelo grande capital internacional, naquele momento, o setor mais apto a fazer com que os Estados passassem a operar nos marcos da nova doutrina. Se a postura revolucionária fosse apenas um arroubo visionário de poucas pessoas, não teria exigido uma resposta dessa dimensão.

INICIA-SE ENTÃO A FASE DAS DITADURAS...

Theotônio: Sim. Mas o novo papel dos militares continua uma contradição: o projeto original não previa que, uma vez fortalecidos e no poder, os próprios militares passassem a representar um foco de contestação. Isso se tornou dramático no Peru, onde as forças armadas reinterpretaram a doutrina de segurança nacional em uma direção antiimperialista. Foi um susto para os Estados Unidos, que chegaram a perder quase completamente o acesso ao governo peruano. Eles tiveram

que começar a admitir a necessidade de uma profunda revisão em sua estratégia continental.

Havia um agravante: o caso peruano poderia se reproduzir, como de fato ocorreu no Panamá de Torrijos, na Bolívia de Torres, etc. No Brasil, estivemos perto dele, com o aumento da influência do grupo nacionalista do general Albuquerque Lima, que chegou a vencer uma eleição interna nas forças armadas para eleger o presidente da República. O governo americano, particularmente o Pentágono, ficou apavorado, estudou seriamente a questão e concluiu que estava diante de uma nova geração militar, posterior àquela que havia sido trabalhada por ele durante e logo depois da Segunda Guerra Mundial. Deixados soltos, os militares desenvolviam naturalmente tendências nacionalistas, que precisavam ser controladas. Os Estados Unidos começam então a organizar sua resposta.

QUE CONSEQÜÊNCIA TEVE, PARA VOCÊS, A QUEBRA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA?

Theotônio: A principal conseqüência, para muitos de nós, foi o fim da possibilidade de se avançar por aquele velho caminho nacional e democrático, sob a liderança de burguesias nacionais. O grande capital internacional não aceitava mais essa perspectiva. Foi uma descoberta terrível, que dividiu o grupo que estudava a dependência. Uma parte assumiu um horizonte claramente socialista. Outros passaram a defender que não havia alternativa à hegemonia do grande capital internacional.

O Chile de Allende foi a última grande tentativa de se gestar uma outra via, apostando-se na possibilidade de forjar uma maioria social capaz de sustentar uma transição pacífica para o socialismo. Com seu fracasso, há dispersão e aumenta a influência dos antigos estudiosos da dependência (como

Fernando Henrique Cardoso) que agora não viam alternativa fora dela.

Questões antes muito candentes – como revolução democrática e nacional, feudalismo ou não feudalismo – passam a ser consideradas por esse grupo como velhas. Eles propõem uma nova discussão, cujo ponto de partida era um sistema mundial baseado nas empresas multinacionais. O espaço das burguesias nacionais tornara-se obviamente medíocre; a via revolucionária conduzia, se tanto, a um modelo de socialismo indesejável, atrelado à antiga União Soviética; a transformação pelas vias políticas legais fracassara. O que restava? Adaptar-se ao novo mundo. Ademais, diziam, era um erro associar capitalismo dependente e perpetuação das ditaduras ou estagnação econômica (na verdade, nunca defendemos essa tese, mas a refutação dessa hipótese fortalecia o raciocínio deles). Ou seja, dentro do capitalismo dependente seria possível crescer e conseguir avanços democráticos. Mais ainda: passaram a defender que o que restringia a democracia em nossos países não eram os interesses do grande capital, mas os interesses corporativos, muito disseminados entre as elites, as classes médias e o movimento operário.

Ora, como eu já disse, o grande capital internacional efetivamente havia descoberto que a mediação militar podia constituir-se em um grave problema para o seu projeto. Isso foi formulado explicitamente, no início dos anos 70, por Huntington, um intelectual orgânico do grupo Rockefeller e da Trilateral. Ele se torna o ideólogo do general Golbery. Esses ideólogos passam a desejar a criação de um ambiente que proteja o capital internacional de um possível autoritarismo nacionalista, e assim começa uma grande convergência de interesses contra os regimes militares. O sistema dominante promove, por cima, uma liberalização política, que era justa-

mente um dos eixos da nossa luta e que, àquela altura, continuava nos interessando. Nesse contexto, a posição de Fernando Henrique se fortalece. Ele lidera a formação do Cebrap, onde os liberais americanos despejam muitos recursos. O Congresso americano se joga na política dos direitos humanos. A socialdemocracia europeia entra com força na mesma direção, com apoio do movimento operário de seus países, cujas lutas locais eram prejudicadas pelo espaço de manobra que as multinacionais tinham na América Latina governada pelos militares. Forma-se uma frente mundial para pôr fim às ditaduras, num processo muito articulado.

QUAL A REAÇÃO DOS MILITARES NACIONALISTAS?

Theotônio: A esquerda recebeu acenos claros da parte deles, que haviam chegado à conclusão de que os Estados Unidos eram o principal obstáculo à transformação do Brasil em potência. A opção da esquerda, no entanto, foi pela democracia. Assim, o comboio da redemocratização foi se enchendo de passageiros, cada qual com seus próprios objetivos.

ISSO NÃO PASSA A IDÉIA DE UM PROCESSO CONTROLADO DEMAIS, PLANEJADO DEMAIS?

Theotônio: Ninguém exerce controle completo sobre processos dessa amplitude. O projeto original dos americanos e dos militares reformistas era bem menos democrático do que o que efetivamente ocorreu. A dimensão da luta por eleições diretas em 1984, por exemplo, foi inesperada. Eles pagaram um preço alto para conseguir detê-la, o preço da Constituinte, que, originalmente, também não queriam. Em 1988, chegam a perder o controle do processo, mas o retomam com a articulação do chamado Centrão. Em 1989, têm que improvisar Collor, que depois será jogado fora.

COMO VOCÊ VÊ A TRAJETÓRIA DE FERNANDO HENRIQUE DESDE ENTÃO?

Theotônio: Ele se convence de vez que o poder do grande capital internacional é um fato. Defende que devemos fazer as transformações que esse capital exige e jogar na margem, aceitando a posição dependente do Brasil. Num contexto em que as interpretações, possibilidades e experiências anteriores de ação política pareciam esgotadas, sua mensagem encontra eco.

Na Presidência, tem sido coerente com isso. A política externa de seu governo mostra que ele não vacila em conceder tudo aquilo que considera serem pontos centrais para os Estados Unidos, ou seja, políticas de Estado desse país: legislação de patentes e propriedade intelectual, questão nuclear, etc. Isso lhe assegura uma relação umbilical com os Estados Unidos, e essa relação permite que haja alguns atritos em pontos não centrais. Deixando claro que aceita os limites fundamentais, o Brasil pode até candidatar-se a uma posição de liderança regional.

SOB ESSE ASPECTO, O QUE MUDA NA SUA PRESIDÊNCIA?

Theotônio: Até aqui, todos os dirigentes brasileiros, sem exceção, foram homens externos ao sistema de poder mundial. Com Fernando Henrique, isso muda: ele integra organicamente esse sistema. Atuando dentro dele, ajudou a elaborar teoricamente a forma como os países dependentes devem articular-se com o núcleo. Talvez tenha elaborado isso melhor que os próprios americanos. Não por acaso, é colocado agora como uma figura importante de um movimento mundial de criação de uma via de centro-esquerda, embora lidere uma frente de centro-direita no Brasil.

QUAL O SENTIDO DISSO?

Theotônio: Estamos entrando na era pós-Consenso de Washington. O grande capital internacional já não tem a mesma unidade de antes, e os grupos favoráveis a uma postura mais reformista, mais preocupada com as questões sociais, já são hegemônicos nos centros formuladores de estratégias. Eles perceberam que a trajetória recente do capitalismo mundial é socialmente insustentável no longo prazo e estão buscando correções de rota. Isso já se reflete, por exemplo, em posições do Banco Mundial, amplamente apoiadas pelo governo americano.

Hoje, governos de centro-esquerda são perfeitamente aceitáveis – e desejáveis – pelo grande capital que está preocupado com a sustentabilidade do sistema. A direita não pode mais abrir caminho. Está em queda, porque o funcionamento do capitalismo começou a ficar arriscado demais. Nos últimos anos, a centro-esquerda ganhou todas as eleições relevantes no mundo, com apoio do *establishment* e do sistema mundial de comunicações. A direita está sendo isolada no debate econômico americano. A aliança de centro-direita que governa o Brasil poderá caducar nos próximos anos, se depender desses setores do grande capital.

QUAL SERIA O NOVO PROJETO?

Theotônio: Acho que eles ainda não sabem como reverter o quadro de exclusão que criaram. Parece que apostam em políticas de rendas. Criar um emprego bom custa US\$ 50 mil, um emprego ruim custa US\$ 10 mil. Mas, em certos países, uma política de rendas pode custar US\$ 600 por ano, por pessoa. Ou seja, não se vê como incluir os excluídos, mas se pode assegurar a eles alguma renda. Isso não se faz com a direita no poder, ou com tecnocratas. Exige novas composi-

ções políticas. O fato é que as instituições ligadas ao grande capital estão financiando grande quantidade de estudos sobre pobreza, economia informal e temas afins. A linha geral está clara, no sentido de distensionar a questão social, mas não está clara a forma de operacionalizá-la.

E QUANTO ÀS CONTRADIÇÕES DE CARÁTER NACIONAL?

Theotônio: Esta é outra frente em aberto na política mundial. O jogo de interesses entre as potências está se tornando mais pesado. A Europa se unifica. Os Estados Unidos querem que o Japão se transforme em um grande consumidor, especialmente de bens das economias asiáticas, aceitando diminuir suas exportações para o mercado americano e limitar seu gigantesco superávit. O Japão não aceita esse papel. Opõe uma resistência incrível, e até aqui não se rendeu. A queda de braço está em curso, em torno da questão da desvalorização do iene. Não sei até que ponto o Japão aguentará o alto preço que lhe está sendo cobrado pela sua negativa. Sob o ponto de vista americano, a China também deveria conter sua ameaça exportadora para a economia dos Estados Unidos, no limite mantendo-se no nível atual. Mas a China de hoje tem um projeto próprio, de fôlego.

CONTRADIÇÕES, PORTANTO, NÃO FALTAM...

Theotônio: Pelo contrário. O grupo que discutia a teoria da dependência nos anos 60 e que depois se integrou ao sistema não avalia corretamente as dimensões das contradições geradas pelo sistema, que não são apenas contradições sociais. Refiro-me às que pertencem ao âmago do próprio sistema. Assim, seu enfoque não está errado apenas dos pontos de vista moral ou político, mas também intelectual. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos elementos conjunturais

convergir em favor de sua posição, mas eles já começaram a mudar.

Temos um exemplo dramático sobre um erro, em alguns aspectos, semelhante. Em 1895, Edward Bernstein também tentou demonstrar, com certa coerência, que a economia e a sociedade capitalista estavam convergindo para um grande ajuste de nível mundial, e que portanto todo aquele esforço de Marx para analisar as contradições do sistema envelhecera. Marx e Engels haviam previsto o acirramento das contradições entre os grandes monopólios, com conflitos crescentes entre eles.

Ora, para além das aparências destacadas por Bernstein, estavam a caminho, justamente, duas guerras mundiais colossais, intermeadas por uma depressão. Milhões de mortos foi o resultado daquela evolução aparentemente tão ajustadora. Tomara que, desta vez, não seja assim. Mas o capitalismo não está resolvendo as contradições do mundo, como muitos gostariam. A bonança precede a tormenta. Com o aumento das tensões internas do sistema, a alternativa socialista ressurgirá.

Entrevista publicada no Jornal dos Economistas n° 111, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

A POLÍTICA ECONÔMICA IGNORA O DESEMPREGO

Sérgio Mendonça

Graduado e pós-graduado em Economia pela Universidade de São Paulo, Sérgio Mendonça é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) desde 1990. Nesse período, tornou-se um maiores especialistas brasileiros em questões relacionadas com o desemprego. Nesta entrevista, fala sobre as causas do problema, explica as diferentes metodologias para avaliá-lo, apresenta resultados mais detalhados das pesquisas, comenta a eficácia de políticas e termina com um desabafo: “Em outros países, a evolução do desemprego determina a tomada de importantes decisões. É espantosa a indiferença com que nosso governo recebe a notícia de que, na Grande São Paulo, a taxa já chegou a 20%.”

QUAL FOI A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990?

Sérgio: Pela metodologia do Dieese e da Fundação Seade, a taxa da Grande São Paulo pula de cerca de 8% em 1989 para 18,3 % em 1998 e atinge 19,9% em março de 1999.

COMO SE PODE EXPLICAR ESSA EVOLUÇÃO?

Sérgio: É essencial que se leve em conta o contexto macroeco-nômico: terminaremos 1999 com uma renda *per capita* muito próxima à de 1980. Portanto, em termos de cres-

cimento econômico, estamos completando duas décadas perdidas. Esta me parece ser a questão central. Além dela, há pelo menos mais duas: a abertura da economia, tal como foi conduzida nos anos 90, e o desmonte do Estado.

Eliminamos muito mais empregos do que seria necessário, especialmente na indústria, em função de uma abertura selvagem e da manutenção, por longo tempo, de um câmbio sobrevalorizado. Com políticas mais sensatas, o corte de vagas talvez pudesse ter sido reduzido à metade. Quanto ao desmonte do Estado, basta lembrar que o setor público foi um colchão amortecedor do desemprego nos anos 80. Com Collor e Fernando Henrique, tornou-se mais um setor desempregador.

A INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS AJUDA A EXPLICAR O FENÔMENO?

Sérgio: Os novos investimentos industriais de grande porte têm, de fato, uma relação capital/emprego muito desfavorável. Mesmo onde eles ocorrem, o saldo tende a permanecer negativo. A Volkswagen, em Resende (RJ), não chegou a gerar quinhentas vagas diretas, enquanto a construção naval do Rio de Janeiro fechava quase cem mil vagas ao longo da década.

Mas, se o avanço tecnológico fosse, em si mesmo, causador de desemprego, o Japão deveria ter tido as maiores taxas do mundo nas últimas décadas, pois foi o país que mais se modernizou no após-guerra. Ora, ao longo desse processo, as novas oportunidades criadas, a forma de reinserção do país no mercado internacional, reduções na jornada de trabalho e a expansão de novos setores permitiram que o Japão conciliasse avanço técnico e criação de empregos. O crescimento da economia foi maior que o da produtividade. Processo se-

melhante ocorre com os Estados Unidos nos anos 90: em período recente, eles experimentaram um vigoroso movimento de modernização e apresentam hoje a menor taxa de desemprego das três últimas décadas, porque crescem ininterruptamente há oito anos. Houve, é certo, uma precarização nas relações de trabalho, com uma parcela crescente da mão-de-obra tendo que buscar dois empregos, e um agravamento na distribuição de renda, com maior distanciamento entre ricos e pobres. Mas a geração de empregos foi significativa.

Não há nada mais keynesiano que isso. Na *Teoria geral*, Keynes deixa claro que a situação de pleno emprego é um caso particular do sistema e que o desemprego não pode ser resolvido no âmbito do próprio mercado de trabalho. Remete o foco para a questão dos juros, da demanda agregada, da propensão a investir e a consumir, etc. Nos últimos anos, essa dimensão – que relaciona o desemprego às variáveis macroeconômicas – foi abandonada, ou pelo menos minimizada, por causa da hegemonia do pensamento neoliberal. Aumentou a ênfase nas políticas voltadas para o mercado de trabalho e para a adoção de medidas compensatórias.

HÁ ALEGAÇÕES DE QUE O CUSTO DO TRABALHO É ALTO NO BRASIL...

Sérgio: Nos últimos anos, ele subiu (em dólares) por causa da valorização cambial. Agora voltou ao seu baixo patamar tradicional.

E O PESO DOS ENCARGOS?

Sérgio: Como os empresários não têm coragem de dizer que os salários brasileiros são altos, atacam os encargos. No entanto, frustraram-se todas as experiências internacionais que

visavam a criar empregos através da diminuição de encargos. Nos anos 80, os Estados Unidos tinham desemprego superior a 10%. A taxa caiu muito, sem mudança na legislação, que sempre foi flexível. O que mudou foi a taxa de crescimento da economia deles nos anos 90.

QUAL É A PROPORÇÃO DE ENCARGOS NO BRASIL?

Sérgio: José Pastore calculou que eles representam 102% dos salários. O Dieese defende que essa relação não passa de 25%.

POR QUE TAMANHA DISCREPÂNCIA?

Sérgio: Porque os empresários consideram encargos o descanso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro, etc. Assim, reduzem a base de cálculo e ampliam o montante considerado encargos. A conta está certa, mas o conceito está errado. Em todo o mundo, encargos são as contribuições destinadas a fundos coletivos que financiam políticas gerais, como a Previdência, o Senai, etc. Tudo o que é apropriado pelo próprio trabalhador é parte do seu salário. Se fizermos as contas respeitando os critérios internacionais, chegaremos àquelas 25% do Dieese. Além disso, o que é relevante para a determinação do investimento é o custo do trabalho, que se mantém idêntico nas duas contas. Este custo é baixo no Brasil, seja qual for o critério adotado para determinar o que é salário e o que é encargo.

OUTRA DISCREPÂNCIA IMPORTANTE DIZ RESPEITO ÀS PRÓPRIAS TAXAS DE DESEMPREGO, AFERIDAS PELO IBGE E PELO DIEESE JUNTO COM A FUNDAÇÃO SEADE. POR QUE ELAS VARIAM TANTO?

Sérgio: Baseando-se em recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o IBGE mede apenas o

desemprego aberto: a pessoa deve estar sem ocupação e sem rendimento, tendo buscado trabalho ativamente nos sete dias anteriores à pesquisa. Além disso, ele considera ocupado quem trabalha, pelo menos, uma hora por semana. Não achamos que esse tipo de parâmetro seja adequado ao Brasil. Montamos um questionário mais completo, com 63 questões (o do IBGE tem 28), para obter informações mais precisas.

No caso do desemprego aberto, nossos critérios são os mesmos, com a diferença de que ampliamos para um mês o período relevante de procura de trabalho. Além disso, consideramos mais dois tipos de desemprego: o oculto pelo trabalho precário (o desempregado recebe alguma renda através de uma ocupação irregular e eventual) e o oculto pelo desalento (a pessoa parou de procurar emprego, embora o deseje, porque percebe que não há oferta disponível ou não pode mais arcar com os custos da procura). Isso explica a grande diferença entre as duas taxas.

Não temos nenhum interesse em inflar os números. Ao contrário do que muitos pensam, o Dieese não considera desempregado quem está no mercado informal, como os camelôs. Estes estão ocupados, tanto para o IBGE como para nós, pois têm uma atividade regular.

COMO A TAXA DO DIEESE SE DIVIDE ENTRE OS TRÊS TIPOS DE DESEMPREGO TIPIFICADOS?

Sérgio: Na Grande São Paulo, a taxa de 20% se divide, *grossa modo*, da seguinte forma: 13% de desemprego aberto, 5% oculto pelo trabalho precário e 2% oculto pelo desalento. A taxa do IBGE para a mesma região é de 9%, mas ela deve ser comparada apenas aos nossos 13% de desemprego aberto. Neste caso, a diferença se explica porque, como disse, as ins-

tituições consideram períodos diferentes: 60% das pessoas que o Dieese e a Fundação Seade incluem no desemprego aberto procuraram trabalho na semana da pesquisa e 40% procuraram apenas nas três semanas anteriores. Estes últimos não são considerados pelo IBGE. Quem quiser conhecer melhor as diferenças metodológicas pode procurar diretamente o nosso *site* na Internet: www.dieese.org.br.

HÁ A POSSIBILIDADE DE QUE CIDADES DO INTERIOR ESTEJAM GERANDO EMPREGO, A PONTO DE PROVOCAR UM REDIRECIONAMENTO DA MÃO-DE-OBRA, SEM QUE AS PESQUISAS SOBRE O TEMA CAPTEM ISSO?

Sérgio: Tanto o IBGE como o Dieese e a Fundação Seade só medem o desemprego em regiões metropolitanas. Hoje, fazemos levantamentos em seis delas: São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), também realizadas pelo IBGE uma vez por ano, não se propõem a gerar uma taxa nacional de desemprego e mostram números para macrorregiões, como Nordeste e Sudeste. Mesmo assim, a partir delas, pode-se chegar a uma estimativa de 5 a 6 milhões de desempregados no país, segundo a metodologia do IBGE nessas PNADs.

A atração de mão-de-obra para o interior pode ter ocorrido em algumas áreas, ou em certos períodos, mas não a ponto de compensar a evolução do desemprego nas regiões metropolitanas. Também no interior há regiões deprimidas, onde o desemprego certamente é alto. Nada indica ter havido um deslocamento espacial do emprego que possa ter compensado minimamente a perda maciça de postos de trabalho que ocorreu nas grandes cidades.

AS TAXAS DIVULGADAS, TANTO PELO DIEESE/SEADE COMO PELO IBGE, EXPRESSAM MÉDIAS. É POSSÍVEL OBTER RESULTADOS MAIS DESAGREGADOS?

Sérgio: O questionário permite várias desagregações. Por faixas etárias, temos intervalos discriminados de 10 a 14 anos, de 15 a 17, de 18 a 24, de 25 a 39 e, por fim, de 40 anos ou mais. O desemprego é inversamente proporcional à idade, chegando a atingir a espantosa taxa 50% entre os mais jovens.

QUE SE PODE CONCLUIR DAÍ?

Sérgio: Isso permite uma leitura ambígua. Do ponto de vista do longo prazo, a incapacidade do país absorver sua força de trabalho jovem é uma tragédia, até mesmo para a formação da auto-estima dessas pessoas. Mas, no curto prazo, o desemprego nessa faixa pode ser socialmente menos grave, pois os chefes de família – homens ou mulheres – não estão concentrados aí. A Europa tem uma tradição de desenhar políticas voltadas para chefes ou arrimos de família, pelas consequências multiplicadoras que seu desemprego tem.

E O DESEMPREGO QUE ATINGE AS PESSOAS COM MAIS DE 40 ANOS?

Sérgio: Essas pessoas têm dificuldades adicionais para encontrar nova vaga, não só pela idade, mas também pela baixa escolaridade média. Em geral, como não podem ficar sem nenhuma renda, tendem a “fazer bico”, enquadrando-se no que chamamos de desemprego oculto.

VOCÊ SE REFERIU A UMA DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DO DESEMPREGO PELAS FAIXAS ETÁRIAS. HÁ OUTRAS DESIGUALDADES SIGNIFICATIVAS?

Sérgio: As mulheres são mais atingidas que os homens. Elas formam cerca de 40% da força de trabalho urbana e 50% do contingente de desempregados. Como muitas entram no mercado de trabalho para tentar completar a renda familiar, tendem a ter menos experiência, embora não menos escolaridade (a taxa média de escolaridade das mulheres é mais alta). Além disso, enfrentam a discriminação mais geral na sociedade e têm inserções mais precárias, com grande peso do emprego doméstico.

A distribuição do desemprego também se altera quando se comparam as capitais e os municípios vizinhos. Em fevereiro de 1999, por exemplo, a média da Grande São Paulo era de 18,7% de desemprego, mas nos sete municípios do ABC a taxa atingia 20,3% e nos outros municípios integrantes da mesma Região Metropolitana, economicamente menos dinâmicos, era ainda maior. Na região de Salvador, a taxa média é de 25%, mas fora da capital chega a 30%.

QUE SE VÊ QUANDO SE COMPARAM O DADOS DAS SEIS REGIÕES PESQUISADAS?

Sérgio: Ao longo do tempo, o desemprego é crescente em todas elas. Hoje, varia de 16% em Porto Alegre e Belo Horizonte, 20% em São Paulo e Brasília, 22% em Recife, até chegar a 25% em Salvador.

QUE POLÍTICAS PODERIAM SER LEVADAS ADIANTE PARA MINIMIZAR O PROBLEMA?

Sérgio: Teoricamente – e olhando para o futuro – o Brasil tem perspectivas muito mais favoráveis para tratar essa questão. Somos um país em construção, temos muito a fazer na infra-estrutura econômica e social. Por outro lado, nosso imenso mercado interno está por ser explorado. Hoje, a participa-

ção dos rendimentos do trabalho na renda nacional deve estar em torno de 35% do PIB, que é uma percentagem baixíssima. Se ela fosse aumentada, através de um processo sustentado de distribuição de renda, as perspectivas de dinamização da economia e de geração de empregos seriam gigantescas. Mas estamos fazendo exatamente o contrário: esterilizamos a demanda, transferindo recursos para os setores rentistas, que consomem em Miami ou mandam recursos financeiros para o exterior.

Por outro lado, é preciso recuperar a capacidade de investimento do Estado. A meu ver, isso exigiria uma reforma tributária e uma melhora no perfil de distribuição de renda, para que o número de contribuintes se ampliasse. Mais de 2/3 da arrecadação do Estado brasileiro vêm de impostos indiretos. Teríamos que inverter isso, mas essa é uma discussão velha de pelo menos quinze anos, sempre tratada de forma a permanecer inconclusiva. Uma reforma que permitisse reduzir a incidência de impostos sobre os bens de consumo das famílias de baixa renda representaria, por si só, uma importante política de rendas.

Quanto à concentração de renda, ela dificulta que se obtenham novos ganhos de arrecadação, a não ser que o Estado se dispusesse a taxar pesadamente os ricos, o que é muito difícil. Também é pequena a possibilidade de aumentar ainda mais os impostos indiretos, que toda a população paga. Ou seja, para o nosso nível de renda e a forma como ela é distribuída, a carga tributária atual já é alta.

FORA DESSE CONTEXTO, QUE EXIGIRIA GRANDES MUDANÇAS, COMO VOCÊ VÊ A EFICÁCIA DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS?

Sérgio: Tudo o que puder ser feito para minorar o desem-

prego é bom, mas não resolve o problema se a economia não estiver em expansão. As políticas alternativas têm um potencial pequeno em um quadro macroeconômico desfavorável. Tenho experiência direta sobre isso. Faço parte do conselho consultivo da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, que agrupa cerca de cinquenta empresas, com 15 mil empregos. Em geral, eram empresas quase falidas, cuja gestão foi assumida pelos trabalhadores, que lutam bravamente para mantê-las. É preciso, no entanto, mexer na legislação, especialmente do ponto de vista do crédito e da possibilidade de concessão, mesmo provisória, de anistia de impostos, sem o que elas não podem se recuperar.

As chances também diminuem muito se a economia não voltar a crescer. Nesse caso, as pessoas ficam migrando de um tipo de inserção (assalariada) para outra (informal ou cooperativa), disputando uma renda global que não cresce, num grande jogo de soma zero ou mesmo negativa. A transformação de assalariados em autônomos, por exemplo, tem gerado uma enorme ampliação da jornada de trabalho, o que é um indicador de precarização do trabalho. E o crescimento dos negócios informais, em um contexto de estagnação, pode contribuir para arrebentar ainda mais o que resta de formal.

ENTRE AS POLÍTICAS ENFATIZADAS HOJE ESTÁ A REQUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA. QUE POSSIBILIDADES VOCÊ VÊ NESSE CAMINHO?

Sérgio: Ninguém é contra investir em requalificação profissional, mas isso não é uma panacéia. Em primeiro lugar, a base estatística e o grau de articulação da sociedade não permitem – nem no Brasil nem em outros países – uma avaliação minimamente precisa das profissões que estão surgindo e das que estão desaparecendo. Em segundo lugar, a migração

de uma profissão para outra freqüentemente pressupõe uma base de escolaridade muito superior à do brasileiro médio. Quem trabalha na construção civil, durante muito tempo continuará dependendo de oportunidades criadas nesse setor. Se a economia crescer, ele será absorvido. Se não crescer, não adiante imaginar que ele conseguirá emprego em uma indústria de informática.

A requalificação profissional tem que ser colocada em seu devido lugar. Ela modifica, na margem, a oferta de trabalho, mas não expande a demanda. Não é uma política ativa. Além disso, quem expressa essa demanda são os setores mais organizados. Só teríamos políticas de formação para os segmentos marginalizados – que são a maioria – se tivéssemos um Estado muito mais forte.

E O SEGURO-DESEMPREGO?

Sérgio: Ele avançou bastante, atingindo hoje cerca de 4 milhões de pessoas por ano, embora garanta uma renda muito baixa para elas. O sistema público de emprego, por sua vez, concebido conforme as recomendações da OIT – formação profissional, intermediação e seguro-desemprego –, tem apenas cinco a seis anos no Brasil. Estamos em fase de aprendizado.

COMO VOCÊ VÊ O POSICIONAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL NESSAS QUESTÕES?

Sérgio: Nos Estados Unidos e na Europa, o desemprego é um problema antigo. No Brasil, é recente. Na “década perdida” de 1980, o setor público expandiu sua demanda de trabalho e funcionou como um colchão amortecedor do baixo crescimento. A ação sindical deu prioridade à busca de reposição dos salários corroídos pela inflação. A questão do emprego só

assume a primazia a partir de 1996. Apesar disso, creio que os sindicatos estão avançando. Muitos deles se envolveram na formação profissional, participam em comissões descentralizadas, inclusive de nível municipal, sobre o assunto, debatem a organização de agências de desenvolvimento solidário, e assim por diante. Todos percebem que a importância dos sindicatos diminuirá se eles não forem capazes de dialogar com a massa crescente que está sendo jogada para fora dos circuitos formais da economia.

HÁ UMA PERSPECTIVA DE OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA QUE OS SINDICATOS FAÇAM POLÍTICAS DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA?

Sérgio: Há, mas isso é polêmico. O movimento sindical pode correr muitos riscos se absorver responsabilidades típicas do Estado.

OS RECURSOS DO FAT NÃO PODERIAM SER MELHOR UTILIZADOS?

Sérgio: O Dieese não acompanha o uso do FAT pelo BNDES, mas temos ouvido críticas sobre isso por parte dos representantes das centrais sindicais. Eles dizem que grandes empresas recebem recursos imensos para projetos que não geram emprego ou desempregam. É o caso, por exemplo, do financiamento às privatizações.

DEPOIS DE ALGUNS ANOS LIDANDO COM ESSA QUESTÃO, O QUE LHE PARECE MAIS FRUSTRANTE?

Sérgio: O desemprego é um indicador social dramático, pois tem uma série de efeitos sobre a auto-estima das pessoas diretamente afetadas, sobre a probabilidade de desagregações familiares, sobre o aumento do trabalho infantil, etc. Por isso,

nos países desenvolvidos, essa taxa influencia diretamente a condução da política macroeconômica, especialmente no que diz respeito à fixação dos juros, afetando por isso o desempenho também das bolsas de valores. Importantes decisões governamentais – e, por extensão, privadas – são tomadas em função desse indicador. Aqui, é espantosa a indiferença com que o governo recebe esses números. A última taxa divulgada pelo Dieese para a Grande São Paulo (19,9%) é altíssima, qualquer que seja a referência usada. Não se tem notícia de uma só reunião da equipe econômica para debatê-la. O governo, simplesmente, a ignora. É uma postura inaceitável.

Entrevista publicada no Jornal dos Economistas n° 119, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

A DÉCADA PERDIDA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Gaudêncio Frigotto

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor-titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense, o gaúcho Gaudêncio Frigotto é um dos mais importantes pensadores brasileiros em sua área. Entre seus livros, editados pela Cortez, destacam-se A produtividade da escola improdutiva (1978), Trabalho e conhecimento, dilemas da educação do trabalhador (1987), Educação e a crise do capitalismo real (1994) e Educação e a crise do trabalho (1998). Nesta entrevista, Frigotto não esconde sua decepção com os rumos da política educacional atual: “Nunca imaginei que elites tão truculentas pudessem ter tantos espaços de poder em um governo liderado por um intelectual.”

QUAIS OS DILEMAS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL?

Gaudêncio Frigotto: A idéia da educação como um direito do cidadão, e não como um privilégio de poucos, nasce vinculada à perspectiva estratégica dos Estados-nação. A escola passa a ser vista como um elemento integrador, um local que a sociedade oferece às crianças e aos jovens para que eles realizem um direito subjetivo, relacionado com o processo de inserção do indivíduo numa coletividade. Na medida em que

as classes populares passam a ter acesso à escola, coloca-se outra questão: o sistema educacional deve ser basicamente unitário ou dualista? No século XIX, na França, havia quem defendesse explicitamente a segunda proposta: era preciso construir dois sistemas educacionais distintos, um para os jovens que poderiam passar muito tempo na escola – ou seja, os filhos da elite – e outro para aqueles que ficariam pouco tempo, pois logo seriam chamados ao mundo do trabalho. Creio que ainda vivemos, no Brasil, dilemas relacionados a essas questões elementares da educação, tal como elas aparecem no mundo moderno. Escola para poucos ou para todos? Que escola, ou escola para quê?

QUAIS AS RAÍZES HISTÓRICAS DA PERPETUAÇÃO DESSES DILEMAS?

Frigotto: O Brasil demorou muito para assimilar, mesmo de forma incompleta, o ideário de generalização do acesso à escola. Por muito tempo, permaneceu como um país em que a educação era assunto de poucos. Acumulou, nesse aspecto, um atraso de cem anos, pois nosso sistema nacional de educação só começa a formar-se na década de 1930. Nasce, no entanto, dentro da perspectiva clássica – a meu ver, correta – de criar um espaço de socialização do conhecimento e da cultura. Com o tempo, isso vai mudando, pois qualquer projeto educacional responde às demandas gerais de seu tempo e se desenvolve dentro de contextos econômicos, políticos e culturais mais amplos.

Já na década de 1940, passamos a atrelar, sem rodeios, educação e desenvolvimento econômico. A modernização do país pedia a formação de gente tecnicamente habilitada. Nessa época, criamos uma escola técnica federal em cada estado e o chamado “sistema S” (Senai e Senac), constituindo assim

uma rede de formação paralela à das escolas generalistas. Na década de 1950 houve um grande movimento de alfabetização, num contexto que deu lugar ao surgimento de Paulo Freire. Data dessa época o surgimento da teoria do capital humano, formulada por Theodoro Schultz, que viria a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 1978, tardiamente. Ela contribuiu para reforçar, na década de 1960, a idéia de que a educação é a chave para o desenvolvimento. Essa idéia foi redefinida depois, pelo regime militar, que falava em construir o Brasil-potência.

COMO O REGIME MILITAR TRATOU A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO?

Frigotto: Os militares patrocinaram duas reformas educacionais. A primeira, de 1968, projeta suas conseqüências até hoje. Havia o problema dos chamados excedentes, ou seja, alunos que conseguiam pontos suficientes para passar nos exames de vestibular mas não encontravam vagas nas universidades, então essencialmente públicas. Por isso, o governo estimulou a multiplicação de faculdades privadas, de modo que, ao longo do tempo, a proporção relativa de vagas se inverteu. Hoje, 80% das vagas no ensino superior são oferecidas pelas escolas particulares, que, em sua grande maioria, vêm a educação apenas como comércio.

A segunda reforma veio com a Lei 5692, de 1971, que subordinava explicitamente a educação às necessidades do desenvolvimento econômico. Diferentemente da tradição clássica, que vê a educação como um direito subjetivo, essa lei propunha um descalabro: criar uma escola planejada para ser cursada – pelos pobres, é claro, que precisam entrar precocemente no mercado de trabalho – somente até o quinto ano. Foi mais uma lei preparada por um grupo de trabalho, sem

possibilidade de debate, como era praxe na época. Mas a sociedade brasileira demonstrou que mantinha uma significativa capacidade de resistência, de modo que, no chão da escola, a nova orientação não “colou” – pelo menos, não tanto quanto pretendia o regime. Por isso, sucederam-se depois várias reformas da reforma.

QUAL FOI O IMPACTO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL?

Frigotto: O debate sobre educação ganhou enorme alento na década de 1980, chamada de década perdida pelos economistas, mas não pelos educadores. A transição para a democracia propiciou uma fecunda troca de idéias, até porque os representantes do Estado passaram a ter que dialogar com as organizações da sociedade civil. Debateu-se intensamente a democratização do conhecimento, da escola e do financiamento. Diminuiu o enfoque economicista e surgiram projetos de inspiração bastante avançada. Graças a isso, por exemplo, a Constituição de 1988 assegurou direitos educacionais a crianças de zero a seis anos e sinalizou claramente na direção de uma educação não reducionista nem dualista. Prevaleceu o princípio de uma educação básica generalista e de uma escola unitária, capaz de sintetizar a diversidade, operar com flexibilidade, mas garantir um mesmo padrão para todos.

Mas, como sabemos, nossas administrações andam em ziguezague, pois quando mudam prefeitos, governadores e presidente muda tudo. Não temos política de Estado, só políticas de governo, se tanto. Este é um problema das instituições e da própria sociedade, pois tem raízes culturais muito fortes. Em 1989, Collor se elegeu. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que concretizaria as conquistas da nova Constituição, começou a ser cozinhada em fogo brando. Nada avan-

çou. O governo de Itamar foi curto demais, marcado por uma espécie de inteiridade. No primeiro governo de Fernando Henrique, o ideário conservador efetivamente se recompôs. A proposta educacional contida na Constituição foi então claramente abandonada, em nome da adaptação de todo o sistema – nos seus conteúdos e nos seus aspectos organizacionais – à globalização e à reestruturação produtiva.

UMA MUDANÇA CONCEITUAL, PORTANTO...

Frigotto: Sim. Desde a década de 1930 a Confederação Nacional da Indústria disputa ideologicamente o projeto educacional do país, propondo que o sistema se torne mais ou menos como um grande Senai, vinculado à lógica e aos conteúdos pragmáticos do mercado. Nem mesmo na ditadura essa perspectiva obteve uma vitória tão completa como agora. Nunca imaginei que elites tão truculentas pudessem ter tantos espaços de poder em um governo liderado por um intelectual. “Que vençam os competentes” parece ser a palavra de ordem atual. É um enorme retrocesso. Mesmo dentro de ambientes com predomínio conservador, nossos projetos educacionais desempenharam um papel essencialmente integrador até a década de 1980. Nos últimos anos, porém, eles começam a assumir uma perspectiva mais abertamente desintegradora e individualista.

COMO SE INSERE NISSO A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES, FINALMENTE PROMULGADA?

Frigotto: Durante os dez anos em que a LDB foi cozinhada, a política educacional foi feita por meio de decretos e medidas provisórias. Quando Darcy Ribeiro, num momento de extrema infelicidade, fez uma LDB que era uma síntese de uma síntese, os conservadores enxergaram nela o instrumen-

to minimalista de que precisavam. Nosso governo governa em nome da sociedade, mas sem a sociedade e contra a sociedade organizada. Para uma proposta geral que se baseia na desregulamentação, na descentralização e na privatização, caiu do céu uma LDB que não regulamenta nada.

Na verdade, porém, todas as medidas do governo de Fernando Henrique no campo da educação independem da própria LDB. Respondem à lógica dos ajustes econômicos em curso, que recolocam na ordem do dia o dualismo a que me referi no início e que predominava, entre nós, na década de 1940. Pela primeira vez em nossa história, a pedagogia do Banco Mundial e da CNI é a pedagogia oficial do Ministério da Educação. Trata-se de uma educação voltada para desenvolver competências específicas, tendo em vista criar pessoas empregáveis, segundo as necessidades do mercado. Não há mais responsabilidade coletiva, pois tudo se resume ao universo do indivíduo e da relação que ele consiga estabelecer com o mercado. Cada um deve construir seu destino e procurar ser bem-sucedido por conta própria. Um exemplo: não se trabalha mais com o conceito de emprego, que remete ao universo social, mas de empregabilidade, que remete ao indivíduo. Assumimos abertamente uma perspectiva desintegradora.

ESSA PERSPECTIVA PODE SER CHAMADA DE AVANÇADA, DENTRO DOS PADRÕES MUNDIAIS CONTEMPORÂNEOS?

Frigotto: Os países avançados mantêm seus sistemas educacionais dentro da perspectiva clássica. Seus jovens vão à escola para estudar as disciplinas, mas ficam nela tempo suficiente para aprender teatro, música, literatura e coisas afins. Tive um aluno na Universidade Federal Fluminense que veio da Holanda e toca três instrumentos musicais. Onde aprendeu? Na escola pública.

Esses países mantêm um investimento de longo prazo em uma massa enorme de gente, que abarca praticamente toda a sua população. Quando se investe em muita gente, aumentam as chances de extrair qualidade. Aqui, no passado e no presente, buscamos atalhos e projetos miraculosos. Por isso, sempre permanecemos disponíveis para seguir a última moda, ditada pelo teórico mais badalado do momento. Hoje está pior: seguimos os conselhos do pedagogo de plantão no Banco Mundial. A Unesco, por exemplo, desapareceu do mapa. Os grandes teóricos da educação, escutados pelo nosso governo, são consultores – brasileiros ou estrangeiros – do Banco Mundial, que monitora o MEC. O parecer sobre a reformulação do ensino médio no Brasil foi escrito por uma ex-consultora do Banco, que hoje está na Fundação Civita.

QUAL É A PROPOSTA EM VIAS DE IMPLANTAÇÃO?

Frigotto: Querem uma educação que nos permita ingressar na globalização, aumentar a competitividade da economia e aprimorar competências e habilidades de caráter técnico e organizacional, pois a ISO 9000 exige isso e aquilo. Por isso a ênfase em equipamentos, quando os recursos permitem.

QUE CRÍTICAS SE PODE FAZER A ISSO?

Frigotto: A sociedade precisa entender que não há atalhos ou saídas milagrosas, embora seja possível apressar o passo. A educação de grandes massas humanas tem um tempo próprio, e não há treinamento que substitua o necessário processo de aprendizado, que amadurece lentamente. O bom professor, por exemplo – ou seja, o professor com formação sólida e minimamente satisfeito –, permanece insubstituível. O computador apenas ajuda. O MEC parece não saber disso.

Diretoras de escolas recebem equipamentos e não têm sequer onde guardá-los. Muitas vezes, os levam para casa, agindo de boa-fé, para que não sejam roubados.

QUAL O PAPEL DO FUNDO DE VALORIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO MAGISTÉRIO (FUNDEP)?

Frigotto: Ele simplesmente recolhe dinheiro de todas as instâncias e faz uma redistribuição, de modo que não adiciona nada ao sistema, visto como um todo. Os municípios que gastam mais de 300 dólares por aluno/ano – ou seja, aqueles que são um pouco mais desenvolvidos – recebem de volta menos que os outros, mais miseráveis, onde os professores chegam a receber salários mensais de R\$ 35,00. Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e outras cidades gastam entre 1.600 e 1.700 reais por aluno/ano. Enquanto isso, o relatório “O futuro em risco”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, estima em 4.170 reais por aluno/ano o patamar necessário a uma formação decente.

COMO VOCÊ VÊ A PROPOSTA DE ELIMINAR O ENSINO SUPERIOR GRATUITO?

Frigotto: Essa questão retorna de tempos em tempos. O impacto financeiro de uma cobrança desse tipo tem sido avaliado, pelo menos, desde a década de 1970, e sempre se chega à conclusão de que seria muito pequeno. Creio que esta discussão tem sido usada muito mais como algo simbólico, num contexto ideológico de eliminar a idéia de espaços públicos e de direitos, do que como algo prático. Aliás, não é verdadeira a idéia de que as universidades públicas só abrigam filhos de ricos e de classe média. Se eles estão presentes em maior proporção do que na média da população, isso decorre do desmonte da escola pública de primeiro e segundo grau, que

gera essa seletividade perversa. Nosso desafio é reconstruir todo o sistema público de educação.

COMO FINANCIAR ISSO?

Frigotto: Em qualquer lugar do mundo, educação exige quantidades apreciáveis de recursos. Na Suécia, por exemplo, ela é toda gratuita, desde a pré-escola até a pós-graduação, mas o país tem um sistema de impostos altamente progressivo, muito mais eficaz que qualquer taxa que se queira inventar. Usado para financiar a educação de todos, ele se torna um poderoso mecanismo de redistribuição de renda.

QUAIS OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL ATUAL?

Frigotto: Desmontamos a base de um sistema escolar de qualidade, que depende, antes de tudo, como disse, de professores que tenham boa formação e estejam minimamente satisfeitos com sua profissão. Não temos mais um sistema nacional de educação básica, ou seja, aquela educação que não se volta para o imediatismo e cujo horizonte temporal deveria compreender o ensino fundamental e médio. É evidente que o sistema tem que ter uma dimensão técnica, mas ela não pode eliminar a dimensão mais geral, que, aliás, lhe serve de suporte. A educação é um direito subjetivo. Não pode ser reduzida à questão do emprego. Sob esse ponto de vista, a “década perdida”, para os educadores, é a atual.

Em segundo lugar, acumulamos uma impressionante massa de 20 ou 25 milhões de jovens e adultos analfabetos. É preciso, de alguma forma, resgatá-los. Até a ditadura se preocupou com isso e criou o Mobral. O governo atual, no entanto, deslocou a educação de jovens e adultos para o Ministério do Trabalho, onde está sediado o Plano Nacional de Formação

Profissional. A Rede Globo ganha rios de dinheiro com ele, usando recursos públicos, sem nenhum controle da sociedade. Grande quantidade de empresas deixa de pagar impostos em nome de investimentos em educação, levando adiante projetos sem nenhum controle da sociedade. Além disso, há os problemas relacionados à infra-estrutura básica, pois não adianta colocar um computador em prédios que não têm manutenção.

Mas o problema maior talvez esteja fora do sistema escolar. A miséria é tanta que as pesquisas mostram a educação como quinta prioridade dos grupos sociais mais pobres, sendo considerada menos importante que emprego, segurança, transporte e saúde. Ou seja, as pessoas estão tratando, tão-somente, de sobreviver. As crianças que permanecem na escola pública vivem em famílias sujeitas a um empobrecimento veloz. A Grande São Paulo, por exemplo, já tem quase 2 milhões de desempregados. Essa gente tem filhos. Se eles estiverem estudando, freqüentam a rede pública. Participei recentemente de uma banca que avaliou uma tese sobre a insegurança em que vivem. Milhões de jovens têm medo do desemprego, medo de não poderem vir a constituir uma família, medo da violência, medo da polícia. Vivem com medo e, portanto, não estão em condições desenvolver minimamente suas potencialidades criadoras. Este problema não é do sistema escolar, mas da sociedade.

COMO VOCÊ VÊ A EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO?

Frigotto: A escola privada só é boa em países onde a escola pública é boa. A rede pública define o nível de todo o sistema. Se ela for medíocre, não há motivos para o empresário privado oferecer um ensino que não seja igualmente medíocre, cujos custos sejam pequenos e os lucros, grandes. Há,

portanto, uma correlação direta entre o desmonte da escola pública e o crescimento da indústria de escolas privadas altamente lucrativas. O mesmo ocorre na área da saúde.

Que a escola pode fazer, num contexto de amplo predomínio dos meios de comunicação de massa como veículos de difusão de idéias e valores?

Frigotto: Pasolini dizia profeticamente que a experiência fascista arranhara a Itália, mas que o monopólio da mídia arruinara a Itália. Isso se aplica ao Brasil no mais alto grau: o autoritarismo arranhou o Brasil, mas o monopólio da mídia nos arruína todos os dias. Foi patético ver o presidente da República se deslocar para inaugurar um estúdio de televisão e dizer: “Eu confio no Brasil, confio na Globo.” Esta e as demais redes de televisão têm operado sistematicamente para desfocar o país de seus problemas. No auge da crise econômica recente, no exato dia em que perdemos maior quantidade de reservas, o grande problema apresentado pela Globo, no programa “Você decide”, era se um professor deveria ou não dormir com uma aluna que lhe fizera esse convite. Monopolizar a atenção de milhões de pessoas com isso é um acinte. Por coisas assim, Antônio Houaiss, que acaba de falecer, disse há pouco tempo num debate: “Não temos democracia no Brasil porque não temos escola básica de qualidade e os meios de comunicação não são democratizados.” A televisão, que hoje desempenha um papel essencialmente desagregador, tem que ser controlada pela sociedade. Não me venham falar de censura, pois, evidentemente, não é disso que se trata.

Entrevista publicada no Jornal dos Economistas n° 118, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.